

Houve um holocausto chileno? Campos de concentração, genocídio político e a ditadura Pinochet

Este ensaio discute as violações de direitos humanos na ditadura Pinochet. Argumentamos que a tortura, desaparecimento e execução de milhares de chilenos pelos militares, com implantação de terrorismo de Estado e práticas racistas institucionalizadas, constituem um "holocausto". Patrocinado pelos EUA, o regime militar matou com uma obsessão ideológica destruidora e mostrou eficiência burocrática para eliminar o comunismo.



Graham Holton: Professor e pesquisador do Instituto de Estudos Latino-Americanos, na Universidade La Trobe, Austrália.

Robert Austin: Pesquisador honorário da Escola de Estudos Históricos, da Universidade de Melbourne, Austrália. Lecionou em quatro universidades chilenas (U. ARCIS, U. Católica Blas Cañas, U. de Los Lagos e U. Metropolitana) e foi professor-visitante na Universidade de Matanzas, Cuba.

This essay discusses the Pinochet Dictatorship's human rights violations. We argue that the Chilean military's torture, disappearance, and execution of a significant part of its population, with development of a State terrorism and institutionalized racist practices constitute a holocaust. The U.S.-sponsored military regime killed with an all-consuming ideological obsession, and displayed a bureaucratic dedication to eliminating communism.

1 INTRODUÇÃO: O DEBATE DO HOLOCAUSTO

A palavra holocausto significa, em grego, *holo e kaiein*, uma oferenda que foi queimada. No século XIII, a língua inglesa adotou o termo latim, *holocaustum*, significando qualquer grande destruição ou perda de vida. Apesar desta longa história de uso popular, a definição de holocausto e a questão de quem está autorizado a usar o termo, e com que referenciais, só passaram a ser controversas nos anos 1960. Desde então, o termo “holocausto” tem sido conceitualmente apropriado por vários intelectuais e organizações ideologicamente de direita para definir o extermínio nazista de judeus e da cultura judaica, entre 1933 e 1945, e simultaneamente para excluir desta categoria todos os outros massacres, independente de suas dimensões ou brutalidade (Kiernan, 2007). Neste esquema, as vítimas do holocausto nazista, *gays* ou lésbicas, não-judeus e socialistas, comunistas ou social-democratas de origem romana, se tornaram invisíveis.

Portanto, se alguém aceita esta definição ortodoxa, não são qualificados como holocaustos: o genocídio que extinguiu cerca de metade da população armênia no Império Otomano entre 1915 e 1923; o extermínio de 15 milhões de chineses durante a ocupação imperial japonesa (1935-45); o aniquilamento pela Espanha colonial de quase 80% da civilização inca do Peru em apenas cinco anos; o assassinato de mais de 200 mil cidadãos na Guatemala, a maioria indígena, entre 1954 e 1990; a liquidação pela Junta de Suharto de mais de 2 milhões na Indonésia, após a deposição militar do governo Sukarno, em 1965; e a morte de 1,5 milhão de biafrenses nos anos 1960.¹

Em seu livro *O Holocausto na História* (1987), Michael R. Marrus apóia a visão excludente justificando que o “holocausto” não se refere ao “número de pessoas assassinadas” e dá como exemplo o assassinato em massa de armênios pelos turcos. De acordo com Marrus (1987:22-23), esse fato não se qua-

lifica como holocausto, pois ao processo “faltava o caráter mecânico, burocrático, regulado, bem como a ambição de Prometeu²” associado ao holocausto nazista. O ataque turco aos armênios não teve a “obsessão ideológica sem limites” que constituiu o ataque nazista à população judia da Europa. Bernard Lewis (1986:21) também discorda que os assassinatos em massa dos armênios sejam um holocausto, já que neles faltaram “as crenças demoníacas ou o ódio quase físico” que caracterizou o anti-semitismo. Yehuda Bauer (1984:202) defende que o singular no holocausto nazista foi “a totalidade da sua ideologia e a sua transformação de pensamento abstrato em assassinato planejado e logicamente implantado”. Quem rejeita o uso do conceito de holocausto para qualquer outro grupo étnico, nacional ou político, defende que a experiência judaica foi “única, sem precedentes e categoricamente incomensurável” (Stannard, 2001:167). Debora Lipstadt (1993:212-215), professora de Estudos Judaicos Modernos e Holocausto na Universidade Emory dos Estados Unidos, vai além, e afirma que aqueles que não aceitam as especificidades do holocausto judeu são, por definição, “crypto-nazistas”. A atitude de Lipstadt quanto à exclusividade no uso do termo desqualifica intelectuais que adotam posições discordantes, fazendo-os equivaler a David Duke, o antigo “chefão” da Ku Klux Klan.³

Na argumentação do cientista político judeu anti-sionista Norman Finkelstein (2000) tal posição do judaísmo reacionário tem a intenção consciente de dissuadir qualquer debate posterior sobre o conceito de “holocausto” e desviar a atenção da exploração da experiência judaica. Na verdade, antes do final da década de 1960, apenas alguns livros em inglês abordaram o holocausto nazista e somente uma universidade dos EUA ofereceu um curso sobre o assunto. Acadêmicos estadunidenses deram pouca importância ao holocausto nazista no contexto histórico da Segunda Guerra Mundial. Desde 1949, a Alemanha Ocidental tinha se tornado importante aliada do Oci-

HOUVE UM HOLOCAUSTO CHILENO? CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO, GENOCÍDIO POLÍTICO E A DITADURA PINOCHET

dente na luta contra a União Soviética e, então, o Congresso Mundial Judeu Pró-Sionismo e a Liga Anti-Difamação buscam conter qualquer sentimento “anti-germânico” na população judia dos Estados Unidos. A “Solução Final” passou a ser um tabu e o holocausto nazista era visto como uma “causa comunista” pelos opositores à Guerra Fria. Essa postura mudou com a guerra árabe-israelense, de junho de 1967, quando as elites judias “relembrou” os extermínios nazistas como “O Holocausto”. Em *A Indústria do Holocausto* (2000:6), Finkelstein revela como o “holocausto nazista se tornou O Holocausto” e como o sionismo se aproveitou disto para explorar o sofrimento judeu. O autor também afirma (*Ibid.*:7) que trabalhos iniciais tais como *Man’s Search for Meaning (A Busca do Homem por Sentido, 1959)*, de Viktor Frankl, e *The Destruction of the European Jews (A Destruição dos Judeus Europeus, 1961)*, de Raul Hillberg, não foram aprimorados por “prateleiras e mais prateleiras de livros de segunda, que agora se enfileiram em bibliotecas e livrarias”.

O estudioso judeu anti-sionista Lennie Brenner (2004:31-35) demonstra como o sionismo tem historicamente favorecido o nazismo, chegando a considerar “natural” o anti-semitismo. No período da República de Weimar, que favoreceu a tomada do poder pelos nazistas em 1932, proeminentes sionistas na Alemanha ocultaram ou abertamente restringiram a propaganda e organização antinazistas. Mesmo o assassinato aleatório de judeus e a destruição de centenas de lojas judias, no início da década de 1920, produziram respostas colaboracionistas na imprensa sionista. A maioria dos judeus tinha se acomodado ao capitalismo liberal sob Weimar, afirma Brenner, e a liderança sionista considerou a integração econômica distinta da ameaça do comunismo soviético. Após Hitler tomar o poder e reafirmar a política racista ariana, a Federação Sionista da Alemanha permaneceu negando o perigo e dedicando-se a organizar encontros anticomunistas para alertar a

juventude judia contra a “cooptação vermelha”. Assim, o anti-marxismo penetrou a ideologia sionista como um dogma de fé, evitando uma aliança com a classe trabalhadora alemã para derrotar Hitler, ao tempo em que dava sinais da indiferença que mais tarde mostraria diante do extermínio da esquerda judaica sob o nazismo e do apoio ao imperialismo ocidental no pós-guerra. Conforme Brenner (2004:10):

Surgido em meio a uma onda de derrotas para os judeus, não apenas na Rússia atrasada, mas nos próprios centros da Europa industrial, as pretensões do sionismo moderno eram as mais nobres possíveis: a redenção dos judeus oprimidos em suas próprias terras. Mas, desde o começo, o movimento representou a convicção de uma parcela da classe média judia de que o futuro pertencia aos que “odiavam os judeus”, de que o anti-semitismo era inevitável e natural. Firmemente convencidos de que o anti-semitismo não podia ser derrotado, a nova Organização Sionista Mundial nunca o combateu. A acomodação ao anti-semitismo – e sua utilização pragmática para obtenção de um Estado judeu – tornou-se o estra-tagem central do movimento, e este permaneceu leal às suas concepções iniciais até e através do holocausto.

Este ensaio busca recolocar o debate sobre o holocausto em território latino-americano, tendo como objeto de estudo as violações de direitos humanos na ditadura Pinochet. Revelações atuais das dimensões do estado de terror no Chile e pesquisas recentes sobre o estado de terror no Paraguai, Argentina, Colômbia, Guatemala, Honduras e Nicarágua, entre outros (Menjívar; Rodríguez, 2005), sugerem a oportunidade de questionar a base conceitual do “holocausto” a partir deste contexto. Argumentamos que a tortura sistemática, desaparecimento, execução e assassinato por militares chilenos de significativa parcela da população do Chile e das Américas, com um ódio físico absoluto que se assemelha ao demoníaco; a consecução de uma bem disseminada implantação da ideolo-

HOUVE UM HOLOCAUSTO CHILENO? CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO, GENOCÍDIO POLÍTICO E A DITADURA PINOCHET

gia antimarxista e mesmo antiliberal; os apelos à cristandade fundamentalista e marianista; o desenvolvimento de um aparato de terrorismo estatal; e práticas racistas institucionalizadas que se seguiram ao golpe constituem um holocausto, de acordo com os critérios estabelecidos por Marrus, Lewis e Bauer. Com base nestes critérios, podemos afirmar que os militares chilenos, patrocinados pelos EUA, mataram com uma obsessão ideológica destruidora, melhor descrita como sistemática, e mostraram uma eficiência burocrática para eliminar o comunismo com uma ambição de Prometeu.

Em 1992, o primeiro governo pós-ditadura do Chile, dirigido pelo democrata-cristão pró-golpe Patricio Aylwin, proibiu a “Comissão da Verdade”, liderada pelo senador Raúl Rettig, de identificar o general Pinochet como o grande responsável pela prática de tortura, embora o ditador nunca tenha negado tal responsabilidade e a tenha assumido publicamente (Robertson, 2006:352-354). O que diferencia o regime de Pinochet das demais ditaduras da América do Sul é a escala do uso sistemático e institucionalizado da tortura, como instrumento para manter um clima de medo e desmoralizar qualquer oposição ativa.

Os rituais dos centros de tortura tinham a intenção de produzir murmúrios terríveis entre a população: esta era a punição por pensar e falar mal do regime. Por essa razão, muitos foram eventualmente libertados, destruídos física e espiritualmente, para falar do desaparecimento daqueles que tinham sido assassinados e secretamente enterrados (*Ibid.*: 333).

Geoffrey Robertson fala de 4 mil pessoas assassinadas nos centros de detenção durante a guerra do regime de Pinochet “à ameaça comunista ao estilo cubano” (*Ibid.*: 47). No entanto, de forma incipiente e partindo dos setores mais brutalizados pelo regime, há especulações sobre a eliminação de uma quantida-

de de pessoas quatro ou cinco vezes maior do que a admitida oficialmente; são citados, freqüentemente, nas camadas populares e por ativistas de esquerda mais de 20 mil mortes e desaparecimentos.⁴

Em 1998, quando o general Pinochet foi preso em Londres, a Câmara dos Lordes não concordou com a alegação do promotor espanhol de que Pinochet tinha tentado exterminar a esquerda no Chile, visto que o extermínio de um grupo ou partido político não está incluído na Convenção para Prevenção e Punição ao Genocídio, de 1948. No entanto, Pinochet foi acusado de cometer crimes contra a humanidade, o que inclui “perseguição de cunho político”. Em dezembro de 1946, a Assembleia Geral da ONU confirmou, por unanimidade, que o Tratado de Nuremberg (1945) reflete os princípios universais da lei internacional, o que permitiu que seu artigo 6º fosse usado pela Câmara dos Lordes no caso Pinochet, acusado de “responsabilidade individual” por crimes contra a humanidade. Esse artigo define crimes contra a humanidade como “assassinato, extermínio, escravidão, deportação e outros atos desumanos cometidos contra qualquer população civil antes ou depois da guerra”, englobando, assim, todos os atos bárbaros cometidos pelo Estado contra seus próprios cidadãos, independente de o país estar tecnicamente em guerra (*Ibid.*: 259-262).

O terceiro Caso Pinochet, aberto contra o ex-ditador no Chile, depois que o ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, Jack Straw, o libertou em virtude de duvidosos problemas de saúde, em fins de 1999, tornou-se o precedente mais importante para a lei internacional desde os julgamentos de Nuremberg. Os promotores acusaram Pinochet de cometer tortura durante sua ditadura como um meio de gerar terror para manter o poder. Ele não foi acusado de participar diretamente de atos de tortura, mas de comandá-los pessoalmente, através da Diretoria de Inteligência Nacional (DINA), a polícia secreta chilena. Estas sessões de tortura eram freqüentemente

HOUVE UM HOLOCAUSTO CHILENO? CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO, GENOCÍDIO POLÍTICO E A DITADURA PINOCHET

assistidas por médicos encapuzados, que calculavam o nível de dor que cada vítima poderia, supostamente, suportar. A proibição da tortura está prevista no artigo 5º da Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Convenção contra Tortura e Outras Punições e Tratamentos Cruéis, Desumanos e Degradantes, de 1984.⁵

Embora estas ações da ditadura Pinochet possam não configurar genocídio, elas constituem crime contra a humanidade, segundo a definição da ONU, e “genocídio político”, à medida que seu objetivo era o extermínio da esquerda. O termo genocídio vem do grego *genos*, que significa raça ou tribo, e do latim *cide*, assassinato. O termo foi criado, em 1943, por Rafael Lemkin (1944; 2007:3-10) e adotado pela Assembléia Geral da ONU, em 1946, como “uma negação do direito à existência de grupos humanos inteiros”, uma definição que tem em sua origem a descrição das atrocidades nazistas contra os judeus. Dois anos depois, a Assembléia Geral da ONU aprovou a Convenção sobre Genocídio, limitando a definição a grandes massacres de “um grupo nacional, étnico, racial ou religioso”, ao tempo em que excluía qualquer referência ao racismo ambiental, genocídio cultural e genocídio político.⁶ Argumentamos que os atos sistêmicos e difusos de genocídio político constituíram o holocausto chileno.

Também demonstramos que antigos nazistas da alta hierarquia colaboraram com o incipiente Estado capitalista autoritário, antes e depois do golpe, orientando o estabelecimento de campos de concentração, onde prisioneiros foram sistematicamente detidos, torturados e executados. Como havia ocorrido na Alemanha nazista, indivíduos perversos da comunidade científica e médica colaboraram com o programa de tortura da Junta, que incluía experimentos químicos e biológicos em prisioneiros políticos – embora não se limitasse a isso.⁷ No Café Coppelia, em Los Leones, um subúrbio chileno de classe alta, oficiais da Força Aérea vangloriaram-se publicamente de

lançar no Oceano Pacífico os pesados corpos de vítimas de tortura e prisioneiros políticos ainda vivos.⁸ Restos queimados de vítimas do golpe foram encontrados em fornos no Sul do Chile. Segundo o testemunho de uma das vítimas, “só faltavam câmaras de gás” (Hauser, 1978:109).

2 O GOLPE MILITAR E SUAS CONSEQÜÊNCIAS

Um breve sumário do legado da democracia liberal e do socialismo no Chile são suficientes para contextualizar nossas preocupações em relação à história do nazismo no país. A posse de Salvador Allende como primeiro presidente marxista do mundo a chegar ao poder por mãos liberal-democratas ocorreu em 4 de novembro de 1970.⁹ Mediante a emenda constitucional de 11 de julho de 1971, o Congresso chileno aprovou, por unanimidade, a nacionalização da indústria de cobre. As multinacionais estadunidenses Kennecott e Anaconda não receberam nenhuma compensação, devido aos “lucros excessivos” obtidos por meio das reservas chilenas, entre as maiores do mundo (Bornstein, 1977:127-147). Até março de 1973, a administração Allende nacionalizou 35% da produção industrial e 40% das áreas cultivadas do país. A eleição parlamentar de 4 de março de 1973 deu 43,4% dos votos ao governo da Unidade Popular (UP), além de oito novos assentos no Congresso. Esta foi a primeira vez que um governo em exercício cresceu, ao invés de se enfraquecer, com o voto popular. As pálidas esperanças de uma renovação eleitoral ruíram; as forças do imperialismo estadunidense e seus cúmplices, a burguesia nacional profundamente reacionária, apoiaram-se na tomada do poder pelos militares, como estratégia para restaurar a hegemonia capitalista e eliminar a ameaça de uma transição pacífica com Allende, ou “Caminho Chileno” rumo ao socialismo. No que se tornou um ensaio fardado do golpe militar, tropas do 2º Regimento Armado de

HOUVE UM HOLOCAUSTO CHILENO? CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO, GENOCÍDIO POLÍTICO E A DITADURA PINOCHET

Santiago se amotinaram e cercaram o palácio presidencial La Moneda, em 29 de junho de 1973. Depois de horas, tropas leais ao presidente repeliram o *tanquetazo*, que resultou na morte de 22 cidadãos (Stern,2006:17-18,21,24). Desde então, setores das Forças Armadas favoráveis ao golpe fizeram um movimento decisivo, com franco apoio da Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos (CIA), instruída pelo presidente Nixon a participar ativamente do golpe militar.¹⁰ O comandante-em-chefe, general Carlos Pratts, forçado a renunciar em agosto e posteriormente assassinado em Buenos Aires, foi substituído pelo general Augusto Pinochet. Em setembro de 1973, o presidente Allende alertou Pinochet de que em 11 de setembro o governo anunciaria um plebiscito nacional para dissolver as duas casas do parlamento e criar uma assembléia popular unicameral.

Confrontadas com a perspectiva de uma dissolução popular do sistema liberal, as Forças Armadas depuseram violentamente o governo da UP em 11 de setembro de 1973. Allende morreu em circunstâncias controversas durante o golpe. A resistência chilena nasceu no mesmo dia, encorajada pelo Grupo de Amigos do Presidente (GAP) e sua destemida defesa de Allende, pela eficiente subdivisão de leais franco-atiradores, posicionados em um edifício vizinho ao palácio, e pela feroz e duradora oposição armada em um grande cinturão operário-industrial da capital, centralizada em La Légua (Zamora,2001; Garcés ; Leiva,2005). Sob liderança do general Pinochet, a junta assumiu, imediatamente, poderes totalitários, decretou estado de sítio, suspendeu indefinidamente a norma constitucional e desencadeou dezessete anos de estado de terror – incluindo detenção sumária, internação, tortura, assassinato, desaparecimento e exílio – quase sem paralelo na América do Sul do século XX.

Todos os partidos políticos foram proscritos. Em 25 de setembro, todos os prefeitos e vereadores foram cassados e a

Corte Constitucional chilena foi abolida. Os registros de 3,5 milhões de eleitores foram destruídos. Os serviços postais e a imprensa foram suprimidos e o termo *compañero*, uma tradicional saudação dos apoiadores de Allende, foi banido. A prisão, a tortura e a eliminação sistemática de figuras importantes da UP começaram imediatamente. Agindo de fato com impunidade, as Forças Armadas reprimiram todas as formas de oposição, especialmente junto às classes trabalhadoras mais engajadas. As pessoas retidas sob custódias foram frequentemente listadas como mortas em “tiroteios contra as forças de segurança” (Fagen, 1992:59) e milhares de potenciais oponentes colocados em centros de detenção que “já estavam designados e equipados” como locais de tortura (Robertson, 2006:333).

As tecnologias usadas eram tão variadas quando repugnantes. A tortura envolvia sofrimento físico causado por choque elétrico e degradação do indivíduo, mediante estupro, bestialidade e ritual de humilhação, comumente na frente de familiares, amigos ou aliados. Em poucos dias, campos de prisioneiros tinham sido estabelecidos nos estádios e quartéis militares em todo o Chile. A CIA percebeu que o Decreto da Junta nº 521, de 14 de junho de 1974, oferecia a justificativa legal para uma “força policial como a Gestapo”.¹¹ O Estádio Nacional de Santiago abrigou milhares de prisioneiros políticos, pois os militares perseguiram esquerdistas, líderes sindicais, religiosos, enfim, qualquer um que fosse visto como oponente. Segundo estimativa da Cruz Vermelha Internacional, até 22 de setembro, o Estádio Nacional (agora Estádio Víctor Jara) teria abrigado por volta de 7.612 prisioneiros. Do mesmo modo, os militares estabeleceram diversos campos de concentração em áreas isoladas como Pisagua, Chacabua e Ilha Dawson, para manter prisioneiros importantes por longos períodos.

HOUVE UM HOLOCAUSTO CHILENO? CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO, GENOCÍDIO POLÍTICO E A DITADURA PINOCHET

A Junta Militar pretendia que o conhecimento público da sua rede de campos de concentração espalhasse o medo na população; a eventual libertação de um número significativo de vítimas de tortura para relatar desaparecimentos e degradações sofridas nestes centros nutria a consciência nacional de medo. A freqüente declaração de Pinochet, “estamos em guerra”, conduziu ao discurso sobre o “inimigo interno”, uma ameaça e um codinome fictícios para a esquerda, cujas dimensões justificariam a repressão massiva sob a doutrina de segurança nacional (Robertson,2006:222). Em 1978, Pinochet garantiu anistia aos esquadrões da morte e torturadores.

O professor Enrique Kirberg, assessor de Allende para assuntos de educação e reitor eleito da *Universidad Técnica del Estado* desde sua emblemática democratização nos anos 1960, foi preso e levado à Ilha Dawson (Seves,2004:133-150). Mais tarde, afirmou:

Em vários aspectos, o campo reproduzia de forma perfeita aqueles da Alemanha nazista. Éramos constantemente observados por guardas no topo de torres armadas. Nossos acampamentos eram cercados por duas cercas de arame farpado, separadas por uma pequena faixa de terra. Todos nós fomos avisados de que a cerca era eletrificada. (Hauser,1978:109).

Em 1974, ao depor perante uma comissão do Senado sobre refugiados políticos, o ex-embaixador dos Estados Unidos no Chile, Ralph Dungan, disse:

A tortura sistemática é combinada com interrogatórios de um substancial número de pessoas. E, quando digo substancial, estou falando de 10 ou 20% do total de detidos. Choques elétricos, torturas psicológicas de vários tipos, com sacos plásticos, imersão da cabeça em água ou óleo, todos os tipos de torturas... Havia evidências de pessoas sendo penduradas pelos punhos, de agulhas ou outros instrumentos em suas unhas[...] a situação lembra aquela da Alemanha nos anos 1930 (*Ibid.*:189).

Como afirmou um relatório do Conselho Econômico e Social das ONU, os serviços de inteligência chilenos se transformaram em uma organização policial secreta “onipotente e imune a responsabilidades” (*Ibid.*:190). A partir do dia do golpe, os setores majoritários da direita que apoiavam a intervenção iniciaram, paralelamente, uma luta pelo controle da memória popular, que ainda não terminou (Joignant, 2007; Stern, 2006). Por exemplo, um livro recente de Víctor Farias (2005) alega que Allende era anti-semita, afirmação compreensivelmente refutada na atualidade.

3 PINOCHET E A DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA NACIONAL (DINA)

A Junta Militar instituiu oficialmente a DINA em 14 de junho de 1974, mas suas origens datam de novembro de 1973, quando foi criada uma comissão liderada pelo tenente-coronel Manuel Contreras Sepúlveda. Segundo informações publicadas pela CIA, que colaborou com a DINA desde sua criação extraoficial, a indicação de Contreras para sua chefia ocorreu em 24 de fevereiro de 1974 (Kornbluh, 1973:157-161). A DINA iniciou suas operações como unidade secreta junto ao Secretariado Executivo Nacional para Refugiados, formado em dezembro de 1973. Por volta de fevereiro de 1974, a Diretoria contava com um número estimado de 700 agentes e oficiais advindos das fileiras da Polícia, do Exército e de legiões paramilitares do grupo neofascista Pátria e Liberdade.¹² A eles se juntaram membros da organização fascista italiana *Avanguardia Nazionale* e antigos oficiais nazistas, que ajudaram a estabelecer o Estado autoritário e seus campos de concentração. Sob o comando de Contreras, a DINA manteve uma rede secreta de detenção, tortura e aparatos de execução em todo o país, integrada à rede continental de inteligência militar e de desaparecimento de prisioneiros políticos conhecida por “Operação Condor” (ver discussão adiante).

HOUVE UM HOLOCAUSTO CHILENO? CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO, GENOCÍDIO POLÍTICO E A DITADURA PINOCHET

No começo de outubro de 1973, Pinochet tinha iniciado a “Caravana da Morte”, responsável pelo assassinato de 75 prisioneiros políticos sem julgamento, em cinco cidades chilenas. Eles foram torturados, mortos a bala e seus corpos escondidos dos familiares. Estas atrocidades antecederam a criação da polícia secreta chilena. Quatro membros do esquadrão da morte foram transferidos para a nova agência de inteligência (Verdugo, 2001), que Pinochet estabeleceu como a principal responsável pela “guerra contra a subversão e o inimigo interno” (Menjívar ; Rodriguez, 2005). Assim, os serviços de inteligência das Forças Armadas eram obrigados a informar de imediato à DINA atividades supostamente subversivas que tivessem sido descobertas e a lhes entregar os detidos.

O número de pessoal da DINA aumentou de 1.500 para 2.000 (principalmente militares na ativa), com um reforço de 2.100 civis espalhados pelo país. Esse segundo grupo constituía uma unidade subordinada à DINA, batizada de *Brigada de Inteligencia Ciudadana*. Durante as operações, se fosse necessário efetuar alguma prisão, os membros civis trabalhavam em cooperação com membros regulares do Departamento. Pinochet deu carta branca ao diretor da DINA para estabelecer as necessidades de pessoal. Quando a Diretoria definiu as primeiras operações, seus quartéis gerais estavam localizados em três casas no centro de Santiago. Em uma indicação do seu tamanho, do seu simbolismo mortal e da crescente audácia da organização, a DINA construiu um novo prédio de 24 andares, em um local próximo, que serviu de quartel general nacional a partir de 1975.

A relação entre a DINA e os quatro ramos das Forças Armadas variava consideravelmente. A Marinha adotou uma atitude pragmática, reconhecendo que não dispunha dos recursos econômicos, materiais e de pessoal necessários para conduzir

as bem conhecidas, mas inadequadamente denominadas, operações anti-subversivas que caracterizavam a atuação da DINA. Como resultado, quase nunca houve conflitos de interesses. Os *Carabineros* tinham uma relação prática com a DINA, muito similar àquela da Marinha, pelas mesmas razões. No entanto, as relações DINA-Exército eram menos cordiais. O Serviço de Inteligência do Exército, encabeçado por um general e operando com um orçamento considerável, relutou em seguir os desígnios do Departamento. O chefe da Inteligência do Exército, general Pollon, e depois o general Mena se ressentiam da expansão das operações da DINA no que eles consideravam domínio do Exército. Eles e vários outros oficiais estavam bastante preocupados com as táticas “bárbaras” empregadas contra seu pessoal pela Diretoria. A Força Aérea também manteve relações tensas com a DINA. Nos primeiros dias de 1975, uma ordem da junta (assinada pelo coronel Contreras) assegurou à DINA total responsabilidade sobre as operações anti-MIR, contrariando a Inteligência da Força Aérea. O centro de atividades anti-subversivas da Força Aérea, localizado na sua Academia de Guerra, foi desmontado e todas as tarefas sob sua jurisdição foram transferidas para a DINA. Em virtude deste conflito interno, parecia menos válida a concepção original da DINA como órgão de inteligência para apoiar todos os membros da junta. Ainda assim, em maio de 1977, a DINA aumentou o número de prisões. Seus centros de detenção em Cuatro Alamos foram reativados, após terem sido na maior parte desocupados por um decreto de janeiro de 1976.¹³ Mas nenhuma dessas mutuamente destrutivas disputas pelo poder entre a liderança da DINA, que apoiara os golpistas, e os ramos territoriais das Forças Armadas, os demoveu da sua missão genocida. Pelo contrário, acima de tudo, eles reforçaram suas ações e ainda firmaram Pinochet como um ditador aparentemente irrefutável.

4 POLÍTICA DE EXTREMA DIREITA NO CHILE DO SÉCULO XX

O nazismo e o fascismo têm uma longa história no Chile (Caro, 2007). Inspirados por Hitler e Mussolini, o general aposentado Dias Valderrama, o escritor Carlos Keller e Jorge González von Marées criaram o *Movimiento Nacional Socialista* (MNS), em 1932. Os três mantinham fortes laços familiares ou militares com a Alemanha. González era um anti-semita fervoroso, com retratos de Hitler e suásticas penduradas na sede do partido. Os membros do MNS incluíam chilenos de origem alemã ou não. O partido adotou uniformes de “tropas de assalto” e a saudação *Heil Chile*.¹⁴ A presença nazista oficial no Chile foi extensa, com oito consulados em um país cuja população dificilmente chegava a cinco milhões à época. No Congresso do MNS de 1936, em Conceição, compareceram cerca de 3 mil homens das tropas de assalto e 6 mil membros. A Alemanha era, agora, o maior parceiro comercial do Chile.¹⁵ Com a aproximação da Segunda Guerra Mundial, rádiotransmissores secretos relatavam os movimentos marítimos dos Aliados. Em uma tentativa fracassada de se aliar ao governo da Frente Popular antifascista, eleito em 1938, e com um momentâneo movimento estratégico para se apresentar como partido popular antiimperialista, o MNS adotou o nome de *Vanguardia Popular Socialista* (VPS). González von Marées tinha sido eleito para o Congresso Nacional de Santiago, em 1937, e, apesar do malogrado *putsch* (golpe) nazista em 5 de setembro de 1938, manteve sua posição até 1945 (Mount, 2002:16). A cada ano, jovens nazistas vestidos com camisas marrons e botas pretas comemoravam a tentativa de *putsch*, no Cemitério Geral do Chile, diante do monumento em homenagem aos 55 nazistas que morreram naquele dia. Uma placa do lado de fora do prédio do Ministério da Justiça do Chile, do outro lado do palácio presidencial, traz seus nomes.¹⁶

Apesar da política progressista dos governos da Frente Popular a partir de 1938, o Chile permaneceu neutro durante a Segunda Guerra Mundial, até fevereiro de 1945, quando declarou guerra às potências do Eixo. Contudo, na eleição que se seguiu à morte em 1941 do presidente em exercício Pedro Aguirre Cerda, a extrema-direita se manteve ao lado do ex-ditador Carlos Ibáñez, cuja candidatura foi apoiada pelo *Movimiento Nacional Socialista de Chile* (ou Partido Nazista), como tinha ocorrido em 1938, embora sem sucesso (Millas, 1993:277; Loveman, 1988:246). Em 1943, o embaixador dos EUA, Bowers, afirmou que vários oficiais do Exército chileno demonstraram tendências “pró-nazistas” e que esses valores permaneciam mesmo depois da guerra.¹⁷

De fato, a influência nazista no Exército chileno “permaneceu como um problema pelo restante do século XX” (Mount, 2002:156). Uma autoridade militar chilena disse ao encarregado da defesa estadunidense que o DINA havia se tornado “uma Gestapo moderna” (Wertz, 2005). Essa alusão revestiu-se de maior peso quando o regime Pinochet apontou Walter Rauff, um ex-oficial da SS e criminoso de guerra nazista, como conselheiro-mor da DINA (Mount, 2002:157). O notório nazista tinha se mudado para o Chile após a queda de Perón na Argentina, em 1955. Além da queima de livros, os métodos nazistas que Pinochet usou para esmagar a oposição eram imediatamente visíveis, mesmo em Washington:

O atual padrão de desenvolvimento da DINA não é consistente com nenhuma forma de controle ou administração democrática de suas atividades. O temor de diversas autoridades militares chilenas de que a DINA se tornasse uma Gestapo moderna podem ter se tornado realidade. A autonomia da autoridade da DINA é grande e *crecente*. Os membros da Junta são aparentemente incapazes de influenciar, de qualquer forma, as decisões do presidente Pinochet no que diz respeito às atividades da DINA. Quanto à organização da Diretoria, políticas e operações, a autoridade do Coronel Contreras

HOUVE UM HOLOCAUSTO CHILENO? CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO, GENOCÍDIO POLÍTICO E A DITADURA PINOCHET

é quase absoluta – sujeita exclusivamente a um improvável veto presidencial. O desenvolvimento da DINA é um fenômeno particularmente preocupante, em vistas da aspiração do governo chileno de melhorar sua imagem internacional. Qualquer vantagem obtida mediante práticas humanitárias pode ser facilmente manchada pelas táticas terroristas (mesmo que em uma escala relativamente menor) da parte dos funcionários da DINA, precariamente treinados e supervisionados.¹⁸

Em Buenos Aires, o seqüestro do criminoso de guerra nazista Adolph Eichmann pelo Mossad, em 1960, e seu posterior julgamento e execução em Israel, alimentaram o surgimento do anti-semitismo na América do Sul, especialmente entre a numerosa população alemã do Chile, onde Eichmann permaneceu por pouco tempo nos anos 1950. Como afirmou Oswaldo Pascual Gonzales da Polícia de Migração (*Alien Police*), durante o governo Allende, ele não podia aplicar medidas drásticas para conter o nazismo no país (Farago, 1974). Otto Skorzeny assegurou que o nazismo permanecia vivo, após a Segunda Guerra Mundial, usando movimentos chilenos tais como a *Acción Chilena Anticomunista* e o *Movimiento Pro-Chile*. Também eram despendidos esforços para cooptar setores da ampla comunidade árabe, cuja política anti-sionista tinha se intensificado depois que o estabelecimento do Estado de Israel, em 1946, deflagrou a destruição da Palestina. Em 1963, o movimento nazista, liderado por Franz Pfeiffer, que usava bigode como Hitler, uniforme de “tropas de assalto” e bandeira nazista, atraiu 10 mil membros em um ano. Seu grupo, o *Das Reich*, pagou os altos custos da defesa de Walter Rauff para evitar sua extradição. Nos anos 1990, a propaganda neonazista se intensificou, particularmente entre grupos de extrema-direita, tais como o *Movimiento Nacionalista de Chile*, liderado por Marcelo Saavedra. O acadêmico Erwin Robertson e o grupo produziam o jornal *La Ciudad de los Césares* (Etchepare ; Stewart, 1995:577-605). Porém, ao contrário dos seus iguais

européus, “a origem social desses grupos era geralmente a burguesia e os proprietários de terra, com uma base popular fortemente controlada”.¹⁹

Em meados da década de 1950, chegou ao Chile um grupo de alemães que formou a *Sociedad Benefactora y Educacional Dignidad*. Seu último líder, Paul Schäfer, um médico nazista procurado na Europa por seqüestro e abuso de crianças, fundou a Colônia Dignidade, em 1961. Nesta fazenda fortemente protegida e localizada perto de Castillo, no Sul do Chile, havia práticas de eugenia ariana e pedofilia, desde o início. A Colônia atingiu o apogeu durante a ditadura Pinochet. Seus 300 imigrantes alemães, miscigenados com chilenos selecionados, baseavam-se em uma doutrina que misturava nazismo e vodu (Farago, 1974; Bravo, 2007). Pesquisas sobre partidos políticos pós-1990 demonstram estreitos laços entre a ultradireitista *Unión Democrática Independiente* (UDI) e as ações da Colônia Dignidade como centro de tortura e detenção da ditadura.²⁰ Walter Rauff, Klaus Barbie e Josef Mengele, criminosos de guerra e fugitivos nazistas, foram vinculados, vez por outra, à Colônia Dignidade.

Michael Tonwley – oficial da CIA-DINA e um dos assassinos do comandante exilado das Forças Armadas, general Carlos Pratts, e do ministro das Relações Exteriores, Orlando Letelier, entre outros – também esteve intimamente associado com a Colônia Dignidade; experimentos biológicos nas vítimas de tortura foram realizados em conexão com o Laboratório de Guerra Bacteriológica do Exército.²¹ Investigações conduzidas pela Anistia Internacional e a Comissão Nacional Chilena pela Verdade e Reconciliação constataram que, juntamente com Villa Grimaldi, a Colônia Dignidade constituiu um dos mais importantes centros de tortura e campos de prisioneiros do DINA, sendo usada de modo mais intenso entre 1973 e 1977. Manuel Contreras Jr. alega que seu pai e Pinochet visitaram a Colônia em 1974.²² Finalmente, Schäfer foi preso na Argenti-

HOUVE UM HOLOCAUSTO CHILENO? CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO, GENOCÍDIO POLÍTICO E A DITADURA PINOCHET

na, em 2005, e extraditado para o Chile, respondendo a várias acusações, inclusive de tortura e desaparecimento de prisioneiros durante a ditadura, além de constante abuso sexual de menores. O Centro Simon Wiesenthal parabenizou o governo argentino pela captura.^{23, 24}

Nos anos 1960, diversos “caçadores de nazistas” pensavam que Martin Bormann ainda estava vivo, na América do Sul. Em 27 de março de 1967, Simon Wiesenthal declarou em uma coletiva de imprensa para promover seu novo livro, *Os Assassinos entre Nós*, ter certeza de que Bormann estava vivo, “usando cinco ou seis nomes e um duplê” para evitar sua captura. Wiesenthal disse a Irving Spiegel, do *The New York Times*: “Bormann viaja livremente através do Chile, Paraguai e Brasil. Ele tem uma poderosa organização (e muito dinheiro) dedicada a ajudar outros criminosos de guerra nazistas” (Farago, 1974:66). Tal declaração foi dada apesar de Arthur Axmann, antigo líder da “Juventude do Reich” e considerado por Trevor-Roper uma testemunha respeitável, haver visto o corpo de Bormann em meio às ruínas de Berlim, após um ataque aéreo. Estes restos mortais foram recentemente submetidos a exames de DNA e declarados como pertencer ao infame líder nazista (Whiting, 1976:218-219).

Três importantes criminosos nazistas tiveram um papel direto na Operação Condor: Walter Rauff, Klaus Barbie e Paul Schäfer (Farias, 2002). Barbie, o “açougueiro de Lyon”, foi protegido e trabalhou na seção Allen Dulles do Serviço de Inteligência estadunidense, na Alemanha, até 1951, quando escapou para a Bolívia via rota de fuga do Vaticano, conhecida por *Ratlines*; posteriormente, assumiu papel crucial no terrorismo e tráfico de drogas, culminando na Operação Condor (Aarons, 2001:131,422). O regime pró-nazista do coronel Hugo Banzer recusou-se a extraditar Barbie e jurou “protegê-lo”. De acordo com a revista *Stern* da época: “A Bolívia está firmemente nas mãos da Alemanha”. O artigo apresen-

tava famílias ricas e poderosas da elite governante boliviana. Por causa de gente como Barbie, Altmann e Scwend, o nazismo permaneceu um delicado problema criminal na Bolívia (Farago, 1974:408).

Durante a Segunda Guerra Mundial, Rauff foi o oficial da SS responsável por supervisionar o desenvolvimento de câmaras de gás usadas para executar 250 mil judeus, ciganos e oponentes do regime nazista (Kogon *et al.*, 1993:53). Como líder do *Milan Sicherheitsdienst*, a elite do serviço de inteligência, ele também era chefe do escritório da SS no nordeste da Itália. Nesta posição, apoiou o general Karl Wolff da SS na “Operação Sunrise”, negociações de paz conduzidas separadamente por Allen Dulles, chefe do Escritório de Serviços Estratégicos dos EUA em Berna, Suíça (*Ibid.*: 53). Segundo artigo no jornal israelense *Ha’aretz* de 2007, Rauff integrou o serviço secreto israelense, embora procurado pelos aliados como criminoso de guerra.²⁵ Em 1949, pela via de fuga *Ratlines*, colaboradores nazistas transferiram Rauff para o Equador com a ajuda da inteligência britânica; depois, ele se instalou na Argentina e, posteriormente, no Chile, onde teria trabalhado para a inteligência chilena.²⁶ O infame médico Josef Mengele viajou ao Chile para encontrar Rauff, em fevereiro de 1957 (Goñi, 2002:290). Não há registro sobre a conversa dos ex-líderes nazistas. Os dois filhos de Rauff foram educados na academia militar chilena, enquanto ele viveu em Punta Arenas. Sua localização foi descoberta em 1958, ao escrever para o ministro da Economia da Alemanha Ocidental pedindo-lhe que a pensão naval fosse paga no seu novo endereço. Em 1962, o governo alemão requereu sua extradição, mas a Suprema Corte do Chile decidiu que, por serem seus crimes “essencialmente de natureza política”, Rauff não poderia ser extraditado; e que, de qualquer modo, seus crimes tinham prescrito.

O presidente Allende escreveu ao “caçador de nazistas” Simon Wiesenthal que não tinha poderes para reverter a decisão

HOUVE UM HOLOCAUSTO CHILENO? CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO, GENOCÍDIO POLÍTICO E A DITADURA PINOCHET

da Corte. Apenas a Suprema Corte poderia fazê-lo, a mesma instituição que garantiria imunidade à ditadura fascista em todas as ações civis encaminhadas contra ela nos próximos 25 anos. Poucos meses depois do golpe militar, o jornal francês *Le Monde* divulgou que Rauff havia sido apontado como líder do Serviço de Inteligência chileno, o que a ditadura negou. Oficiais da CIA não podiam determinar o exato cargo de Rauff na polícia secreta, mas acrescentaram: “Em todo caso, o governo do General Augusto Pinochet resistiu a todos os pedidos de extradição para que fosse julgado na Alemanha Ocidental” (Farago, 1974:305-310).

Em janeiro de 1984, a Junta Militar recusou um pedido do Ministério de Justiça Israelense para extraditar Rauff. Um mês depois, a Alemanha Ocidental renovou o pedido de extradição. No entanto, a Suprema Corte Chilena respondeu que o caso só seria reaberto se fossem apresentadas evidências de novos crimes. A Corte acrescentou que a extradição de Rauff não atendia a nenhum interesse público chileno, já que ele havia vivido no país por vários anos e seu comportamento sempre estivera acima de reprovações. Naquele ano, o diretor-geral do Ministério do Exterior de Israel, David Kimche, visitou Santiago, supostamente para pressionar a ditadura a deportar Rauff. Poucos dias antes de chegarem os papéis da extradição, em maio de 1984, Rauff morreu calmamente. Em um ato desafiador, seus camaradas fizeram uma última saudação nazista no seu túmulo.²⁷ A sinceridade dos esforços do governo israelense pode ser julgada pelo fato de que, em 1979, este governo autorizou a venda de barcos de patrulha ao Chile, depois fez reparos em aeronaves de guerra chilenas e, em 1984, ainda fazia a manutenção destas aeronaves.²⁸

Historicamente, o fascismo europeu tem complementado o nazismo no Chile, sendo refinado pelo professor de Direito da Universidade Católica, Jaime Guzmán, durante as eras Frei Montalva e Allende (1964-1973). Ao longo do seu desenvolvi-

mento filosófico, Guzmán argumentou sobre a complementaridade entre a doutrina católica e o capitalismo, fundamentando seu pensamento jurídico no trabalho do pró-nazista Carl Schmidt e de seus seguidores espanhóis, como Luis Sánchez Agesta e Francisco Javier Conde, e na destruição da constituição liberal de 1925. Conselheiro indispensável da junta, Guzmán promoveu, em particular, o modelo corporativista social do ditador fascista espanhol Francisco Franco, para quem o indivíduo supostamente dominava a expressão do coletivo. A Constituição de 1980, adotada por meio de um plebiscito fraudulento, foi fortemente baseada nesta ideologia, a qual já estava expressa na Declaração de Princípios da Junta Militar de 1974, escrita por Guzmán.²⁹ Em janeiro de 1975, o Exército chileno congratulou Franco e seus “falangistas” pela derrota dos comunistas. A Força Aérea chilena também o cumprimentou em 1975, bem como os *Carabineros*, em 1976. Em agosto de 1983, um ex-membro do Partido Nazista Chileno e líder da organização Pátria e Liberdade, Sergio Onofre Jarpa, foi nomeado ministro do Interior (Sagaris, 1996:205). Em julho de 1989, o general Pinochet disse aos jornalistas chilenos que temia os comunistas mais que os nazistas, um comentário que nos permite compreender por que ex-nazistas e oficiais militares com inclinações nazistas eram uma característica da sua ditadura.

5 OPERAÇÃO CONDOR

Em 1975, o relatório do Senado dos EUA, *Ação Secreta no Chile 1963-1973*, revelou o amplo envolvimento do governo estadunidense na política chilena, durante a década que antecedeu o golpe militar. No entanto, o governo dos EUA nunca promoveu a correta desclassificação dos documentos secretos relativos ao golpe ou à violação de direitos humanos sob a ditadura no Chile. A prisão de Pinochet em Londres, no ano de 1998, acusado de violar os direitos humanos, estimu-

HOUVE UM HOLOCAUSTO CHILENO? CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO, GENOCÍDIO POLÍTICO E A DITADURA PINOCHET

lou a pressão tanto dos ativistas quanto dos procuradores espanhóis, para a abertura dos arquivos (Enriquez, 1999). Conseqüentemente, o decreto do Conselho de Segurança Nacional de fevereiro de 1999 convocou as agências de inteligência dos EUA a reunir e entregar documentos relacionados ao Chile, o que levou à liberação, em junho, de 5.800 documentos anteriormente secretos (1973-1978) e, em outubro, de outras 1.100 páginas (1968-1973). Uma terceira leva de documentos liberados foi disponibilizada no ano seguinte. Ainda assim, grande parte da documentação do governo dos EUA sobre o Chile, mesmo do período compreendido pelas recentes liberações, continua secreta. Em julho de 1999, conforme uma ampla campanha na mídia “revelou”, os documentos da CIA mostravam que esta estava ciente dos planos militares para desencadear uma “severa repressão” nos dias subseqüentes seguiram ao golpe e, portanto, das centenas de assassinatos que ocorreriam sob tutela do Estado (o memorando da CIA calcula em 1.500 pessoas) (Reuss, 1999). A despeito do indiscutível papel central na política chilena pós-guerra, a CIA divulgou, até agora, menos de 500 documentos.³⁰

Segundo confirmam os documentos liberados, a administração Nixon tinha conhecimento prévio do golpe, do nível de repressão nos dias que se seguiram e, ainda, da rede internacional de terror da polícia secreta chilena (Operação Condor) (Dinges, 2005). Em 6 de outubro de 1970, conforme um relatório da CIA registrou, a agência tinha feito contato com “um representante de um grupo anticomunista com a intenção de organizar atividades terroristas”. O contato era com o grupo neofascista Pátria e Liberdade, que, após o golpe, forneceria quadros para a DINA e a Operação Condor. Como mostra outro documento, o embaixador dos EUA, Nathaniel Davis, considerou que se por um lado seria politicamente arriscado para os EUA fornecer assistência especializada à ditadura na montagem de campos de concentração, nada obstava que man-

dassem ajuda, tais como “tendas, cobertores, etc.” para os campos, sem especificar seu propósito. Davis havia sido nomeado embaixador da Guatemala em 1968, onde supostamente supervisionou um “programa de pacificação” que ocasionou a morte de 20 mil civis.

As origens da Operação Condor datam dos anos 1960 com o empenho dos EUA em impedir “outra Cuba” e de proteger seus interesses políticos e econômicos no hemisfério. A Doutrina de Segurança Nacional que daí resultou atribuía às Forças Armadas latino-americanas a missão de eliminar os chamados inimigos internos, e levou à criação do que o cientista político Patrice McSherry (2005) denomina de Estado de Segurança Nacional, determinado a destruir qualquer vestígio de idéias e instituições esquerdistas. A Operação Condor começou em 1973, como um arranjo bilateral entre as organizações das inteligências militares argentinas e chilenas, com o estímulo de oficiais da CIA no Uruguai. A DINA, os ex-nazistas protegidos pelo regime chileno e a CIA deram origem à Operação (McSherry,2005). A divulgação de uma carta do chefe da DINA, coronel Manuel Contreras, mostra seu papel central.³¹ Entre as funções mais importantes da Condor, estava coordenar as informações por meio de um banco centralizado de dados, estabelecer canais especiais de comunicação e realizar freqüentes encontros de trabalho; tudo enfim para facilitar a localização nas fronteiras e o desaparecimento de oponentes políticos de esquerda às ditaduras que emergiam na região, incluindo Brasil (1964), Chile e Uruguai (1973), Argentina (1976), Bolívia (com várias juntas desde 1964 até meados dos anos 1980). O serviço de inteligência paraguaio também colaborou, sob direção da ditadura anticomunista de Stroessner, instalada depois do golpe apoiado pelos EUA, em 1954. Peru e Equador tiveram participação eventual, uma vez que eram governados por regimes neoliberais. Conforme demonstra McSherry (2002:38-60), a Operação Condor sele-

HOUVE UM HOLOCAUSTO CHILENO? CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO, GENOCÍDIO POLÍTICO E A DITADURA PINOCHET

cionou suas vítimas com base em ideologia política e não em atos ilegais; estes regimes mencionavam “perseguição a dissidentes e esquerdistas, líderes camponeses e sindicalistas, padres e freiras, intelectuais, estudantes e professores, bem como supostos guerrilheiros (que são, num Estado de direito, passíveis de processo legal)”.

Uma nova investigação, *Condor no Âmbito Universitário. Conspiração contra a sociedade do conhecimento*, está em andamento no Centro de Investigação em Estudos de Opinião Pública (CICEOP) na Faculdade de Jornalismo e Comunicação Social da Universidade Nacional de La Plata, na Argentina. A confirmação da existência de uma rede de espionagem civil-militar nas universidades argentinas, ao longo da ditadura militar, e da “Guerra Suja”, entre 1976 e 1982, sugere operações similares na região, durante a era do capitalismo autoritário, que se estende do golpe no Brasil, em 1964, até a redemocratização do Chile, em 1990. Agentes elaboraram listas de “subversivos” no *campus* - ou, no termo preferido pela junta chilena, “conflitivos” (codinome para dissidentes de esquerda, ativistas sindicais ou revolucionários) - que eram imediatamente torturados, executados ou exilados. Martín Almada, vítima de tais torturas e cuja esposa foi executada na mesma Universidade Nacional de La Plata, afirma que a pesquisa do CICEOP mostrou que funcionários civis e militares do terror, que atuaram na Operação Condor, eliminaram estudantes paraguaios, peruanos, equatorianos, chilenos e colombianos na UNLP, durante a militarização das universidades argentinas sob as Juntas Militares (1976-1983). A operação estabeleceu conexões com outras universidades do Cone Sul para sistematizar suas descobertas. Estimativas dos resultados finais da Operação Condor variam. Mas, segundo o CICEOP afirma, pelo menos 100 mil cidadãos dos países do Cone Sul morreram durante o reino do terror.³²

6 VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS E PINOCHET

Desde que os julgamentos de Nuremberg (1945-49) condenaram à morte ou prisão alguns nazistas do alto escalão, a tortura tem sido reconhecida pela lei internacional como um ato que envolve responsabilidade individual. Embora o artigo 5º da Declaração Universal dos Direitos Humanos estabeleça a proibição da tortura, somente depois da deposição de Allende e da divulgação do amplo uso de tortura pela Junta Militar chilena, a Assembléia Geral da ONU determinou, em 1975, a obrigação dos Estados membro tomarem medidas efetivas para prevenir torturas. A Declaração Contra Tortura definiu-a como:

Qualquer ato pelo qual dor severa ou sofrimento, quer físico ou mental, seja intencionalmente provocado por ação de agente público em outra pessoa, com propósito de obter, dela ou de terceiros, informação ou confissão, punindo-a por um ato que essa pessoa cometeu ou que é suspeita de ter cometido, ou ainda intimidando-a ou a outras pessoas (Robertson, 2006:265).

A Convenção Sobre Tortura – integrada por Inglaterra, Espanha e Chile – também criminaliza tratamentos desumanos e degradantes, fazendo tanto da tortura quanto do tratamento desumano atos proibidos pela Convenção Europeia.³³ Na Convenção, tortura é definida como a imposição de dor severa “por ou com aquiescência de um agente público ou por qualquer outra pessoa, agindo em uma situação oficial” (*Ibid.*: 357). Assim, um chefe de governo não pode se furtar à responsabilidade que recai sobre aqueles que efetivamente executaram ordens para cometer atos referidos nestes estatutos. No caso Pinochet, afirmações de “relativismo cultural” não podem ser invocadas, já que o Chile não tem história de campos de concentração para prisioneiros políticos. Também não podem ser usadas para defender os amplos atos de tortura em mulheres e crianças, pois o Chile

HOUVE UM HOLOCAUSTO CHILENO? CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO, GENOCÍDIO POLÍTICO E A DITADURA PINOCHET

não tem registros de tais atos de terror contra sua própria população antes da sua adoção por Pinochet e a DINA.

O regime Pinochet foi tão violento e brutal na repressão que se seguiu ao golpe que a própria CIA declarou ser incapaz de fazer uma contagem precisa das mortes ocorridas no país. Em outubro de 1973, o escritório da CIA em Santiago relatou que “quatro mil mortes resultaram do golpe de 11 de setembro de 1973 e posteriores operações de limpeza”. Quatro dias depois, o mesmo escritório relatou que as estimativas de mortes entre civis “oscilavam em torno de 2 a 10 mil” (Kornbluh, 2003:253).³⁴ Por seu lado, a junta admitiu apenas 244 mortes. Posteriormente, a CIA obteve um sumário “extremamente delicado” sobre a repressão pós-golpe, onde constava que, nas seis semanas seguintes, 13.500 cidadãos tinham sido enviados pelos militares para vinte centros de detenção. Cerca de 1.500 civis foram massacrados e 360 sumariamente executados. O premier chinês Zhou Enlai, em um encontro particular com Henri Kissinger, secretário de estado de Nixon, em 13 de novembro de 1973, protestou contra a brutalidade de Pinochet. “Eles não podiam desencadear um massacre desse porte. Foi terrível... Centenas de corpos jogados no estádio” (*Ibid.*: 517). Kissinger respondeu com a nota secreta “Execuções Chilenas” (*Ibid.*: 153). Mas a verdade é que tanto o golpe chileno quanto o brasileiro foram motivos para comemoração em Washington, onde “os funcionários do governo dos EUA de fato ajudaram na redação de documentos, justificando e explicando esses *construtivos* acontecimentos” (Herman, 1985:122).

Após a posse de Patricio Aylwin como primeiro presidente pós-ditadura, em 11 de março de 1990, o general Pinochet advertiu que “ninguém vai tocar o meu pessoal. No dia em que o fizerem, o estado de ordem legal termina” (*America's Watch*, 1989:73).³⁵ Foram necessários ao novo governo cinco anos para poder levar aos tribunais o chefe da DINA, Manuel Contreras, e isso somente tornou-se possível após massiva pressão públi-

ca e relutante intervenção dos EUA, que acusavam o general pelo assassinato do primeiro ministro de Allende, Orlando Letelier, e seu assistente Ronnie Moffat, em Washington, DC, em 1976 (Austin, 1995). Depois da pressão popular dentro do Chile, o primeiro regime de conciliação estabeleceu duas comissões de inquérito para tratar dos casos de vítimas da ditadura. O relatório Rettig (1992) listou 3.197 dissidentes e esquerdistas assassinados, enquanto o relatório Valech (2004) faz uma estimativa de 28 mil torturados.³⁶ Nenhum desses relatórios resiste a um exame detalhado e ambos estão contaminados pelos esforços da direita pós-ditadura de minimizar as verdadeiras estatísticas e aderir ao pacto de transição, um acordo militar-governista de reforma, estabelecido nos anos 1980, pelo qual as Forças Armadas concordavam com uma democracia limitada em troca de imunidade na acusação por seus crimes contra a humanidade. De acordo com a Igreja Católica Vicaría de la Solidaridad, houve 42.486 detenções políticas entre 1973 e 1975; 12.134 pessoas foram presas individualmente e 26.431 presas em grupos, por razões políticas, entre os anos de 1976 e 1988. Entre 1977 e 1988, 4.134 pessoas foram ameaçadas ou molestadas, 1.008 desapareceram e 2.100 morreram por razões políticas.³⁷ Numa estimativa por baixo, o Colégio Médico do Chile estabeleceu o seguinte: o regime torturou cerca de 400 mil cidadãos em uma população de 10 milhões, entre 1973 e 1989, o que equivale a quase 1 em cada 20 chilenos, e quase 20 mil cidadãos foram executados. Ambas as estimativas ainda podem aumentar.³⁸

Além das acusações já referidas, a responsabilidade de Pinochet pelo holocausto chileno inclui ainda as atividades produzidas em campos de concentração e as ações da DINA no seio das forças militares para supervisionar as operações dos centros de tortura, durante a chefia do general Contreras que se reportava diária e diretamente ao ditador (Wilson, 1999).³⁹ A DINA expandiu os atos de eliminação física de oponentes ao

HOUVE UM HOLOCAUSTO CHILENO? CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO, GENOCÍDIO POLÍTICO E A DITADURA PINOCHET

regime pelos demais países americanos, através da Operação Condor. Pinochet nomeou a si mesmo “chefe supremo da nação” e mais tarde “presidente da república”, governando com poderes de chefe de Estado até 1990. Ele se considerava livre da legislação internacional por seus crimes contra a humanidade, com base na “Declaração Conciliatória”, de 1970, também conhecida como “Carta dos Tiranos”, que estabelecia:

Nenhum estado ou grupo de estados tem o direito de intervir direta ou indiretamente, por qualquer razão, nos assuntos internos ou externos de outro Estado. Conseqüentemente, intervenção armada e todas as outras formas de interferência ou ameaças contra a soberania do Estado ou contra sua política interna, economia e cultura são violação da lei internacional.⁴⁰

Em 1978, Pinochet garantiu anistia a “todas as pessoas que, como autores, cúmplices ou instrumentos, cometeram atentados criminosos durante o período de estado de sítio entre 11 de setembro 1973 e 10 de março de 1978”, excluindo o atentado a bomba a Letelier, em Washington, DC, por pressão da administração Carter.

Foi sob essa base legal que Pinochet se sentiu protegido para viajar à Inglaterra, em 1998, quando sua presença em Londres foi anunciada por Hugh O’Shaughnessy (1999), no jornal *The Guardian*. O chefe de Justiça negou o pedido de extradição do governo espanhol, considerando que Pinochet era um ex-chefe de Estado e, portanto, tinha imunidade por qualquer crime que tivesse cometido no Chile. O caso Pinochet foi levado à mais alta corte britânica, a Câmara dos Lordes, cuja decisão provocou significativa mudança na lei internacional. A deliberação da maioria foi no sentido de que a imunidade se aplicava apenas a chefes de Estado que exercessem suas funções com legitimidade e que o uso de tortura não poderia ser considerado conduta legítima, mesmo quando praticada por um chefe de Estado soberano (Robertson, 2006: 337). Em 24

de março de 1999, o resultado do julgamento de 6 a 1 sustentou que uma lei internacional que tinha atingido status de *jus cogens* (direito obrigatório), tal como a regra contra tortura sistemática, eliminava a imunidade estabelecida pela lei ordinária para ex-funcionários e chefes de Estado. Todavia, sob a lei britânica, Pinochet somente poderia ser extraditado por crimes cometidos a partir de 1988, quando a Inglaterra classificou tortura extraterritorial como uma ofensa à sua própria lei. O magistrado investigador de Madrid, Balthazal Garson, descobriu trinta casos de tortura, entre 1988 e 1989, pelos quais Pinochet poderia ser responsabilizado, e ordenou sua extradição para a Espanha. Pinochet apresentou um atestado médico, que o considerava incapaz para julgamento e, com a complacente aquiescência do secretário de Interior, retornou ao Chile. Em agosto de 2004, a Suprema Corte Chilena retirou-lhe a imunidade e declarou o ditador apto a ser julgado por ter autorizado a Operação Condor. Nessa ocasião, um inquérito do Senado dos EUA descobriu evidências de contas multimilionárias de Pinochet no Riggs Bank e sua lavagem fraudulenta de dinheiro através da Companhia Ashbuton e da Althorp Investment Co. Ltda.⁴¹ O mais relevante no caso Pinochet é que ele foi “o primeiro e exemplar teste para as leis internacionais de direitos humanos” de que os crimes contra a humanidade, como o uso sistemático de tortura, sobrepujam a soberania. Esse é o precedente mais importante para a lei internacional desde os julgamentos de Nuremberg (*Ibid.*: 339, 352).

Os procuradores britânicos moveram uma acusação de conspiração para uso de tortura sistemática e de disseminação do medo com vistas à manutenção do poder no Chile, e de que a conspiração para aterrorizar oponentes mediante uso de torturas continuou até 1990. Outros trinta processos faziam alegações específicas ao uso de tortura. O general Pinochet não foi acusado de ser pessoalmente responsável, mas de dirigir a tortura através do comando da DINAs. Antes da

HOUVE UM HOLOCAUSTO CHILENO? CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO, GENOCÍDIO POLÍTICO E A DITADURA PINOCHET

sua prisão em Londres, em 1998, Pinochet nunca tinha negado a responsabilidade pelas torturas cometidas no Chile (Dorfman, 2002). Na Inglaterra, o caso Pinochet estimulou o cumprimento da Convenção de Tortura. A Corte Européia de Direitos Humanos confirmou a condenação de Pinochet, em 24 de março de 1999, considerando que a proibição internacional da tortura se sobrepõe às imunidades de chefes de Estado, em caso de crime.⁴²

Augusto José Ramón Pinochet Ugarte morreu aos 91 anos, de complicações cardíacas, em 10 de dezembro de 2006, por coincidência, no Dia Internacional dos Direitos Humanos. O corpo de Pinochet foi publicamente exibido no dia seguinte, na Escola Militar de Las Condes, onde milhares velaram seu corpo. Para evitar profanação da sua tumba o corpo foi cremado no Cemitério do Parque Del Mar, em Concón, em 12 de dezembro de 2006.⁴³

7 ESTATÍSTICAS DOS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO

O Dicionário de Inglês de Oxford define campo de concentração como “uma área onde são colocados não-combatentes de uma determinada região”, a exemplo dos que foram construídos por Lord Kitchener, durante a Guerra dos boers, na África do Sul, entre 1889 e 1902; a definição também se aplica à “internação de prisioneiros políticos, estrangeiros, etc”. Enfrentando ataques das guerrilhas boers, as forças britânicas recolheram mulheres e crianças, bem como negros que viviam em terras de propriedade dos boers, e os concentraram em 31 campos espalhados pela África do Sul. Isso foi parte da política de “terra arrasada”, que negou às guerrilhas acesso aos suprimentos de comida e roupas necessários ao prosseguimento da guerra. Já os campos da Alemanha nazista possuíam como principal objetivo o extermínio de prisioneiros, tendo a designação “campo de concentração” servido para esconder sua

verdadeira finalidade. Até então, o termo fora usado para designar um campo onde um grupo de prisioneiros era concentrado, sem referências às condições existentes. Desde 1945, nenhum governo ou organização estabeleceu campos de concentração sob esse nome, preferindo chamá-los por eufemismos, tais como campos de internação ou, no caso do Chile, campos de detenção. Durante a ditadura Argentina, de 1976 a 1983, perto de cem locais serviram como centros de detenção e campos de concentração secretos. O auge foi entre 1976 e 1978, quando aproximadamente 9 mil pessoas foram reconhecidamente assassinadas nesses lugares. Segundo afirma o *Relatório da Comissão Nacional Argentina para o Desaparecimento de Pessoas*, há “razões para acreditar que os números reais são bem maiores” do que os estimados 30 mil, geralmente aceitos (Conadep, 1984).

Sergio Diez, delegado do regime de Pinochet, afirmou perante a Assembléia Geral da ONU, em 7 de novembro 1975, que “muitos dos supostos desaparecimentos não ocorreram legalmente”. Abraham Santibáñez, diretor assistente da revista *Hoy*, descreveu os restos humanos encontrados em fornos de calcário em Lonquên, em 30 de novembro de 1978: “São restos amarelados de caveiras, com alguns resquícios de cabelos negros embaraçados, roupas rasgadas, que podem ser reconhecidas como um par de jeans, um suéter masculino...” (Santiago do Chile, 15 de setembro de 1979). Isso era tudo o que restava de quinze homens presos em 7 de outubro de 1973, na comunidade rural da Ilha de Maipo e cujas localizações eram desconhecidas até o fim de 1978, quando os fornos foram descobertos. As Forças Armadas administraram mais de vinte lugares de detenção em volta do Chile, muitos dos quais eram ignorados pela população (CIA, 1973:5).

HOUVE UM HOLOCAUSTO CHILENO? CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO, GENOCÍDIO POLÍTICO E A DITADURA PINOCHET

Uma lista dos maiores campos de concentração e centros de tortura mostra que estes campos foram criados no dia do golpe ou logo depois (ver quadro). Como muitos estavam em áreas isoladas, isso só seria possível se os planos para tais campos e centros tivessem sido formulados bem antes do golpe.⁴⁴

Principais campos de concentração e campos de detenção chilenos⁴⁵

Designação	Localização	Duração	Prisioneiros
Estádio Nacional e Estádio do Chile	Ñuñoa e Estación Central, Santiago	desde 11 de setembro de 1973	15.000
Valparaíso	Porto de Valparaíso	11 de set. de 1973 a 1974	324
Pisagua	Província de Tarapacá	11 set 1973 a outubro de 1974	500
Tejas Verdes	San Antonio, Chile Central	11 de set. de 1973 a meados de 1974	200
Ilha Quiriquina	Talcahuano Bay, Província de Concepción	11 de set. de 1973 a fins de 1974	1.000
Ilha Dawson	Perto de Punta Arenas, extremo sul do Chile	11 de set. de 1973 a outubro de 1974	400
Chacabuco	Antofagasta, extremo norte do Chile	novembro de 1973 a abril de 1975	1.000
Colonia Dignidad	Catillo, sul do Chile	1973 a 1977	1.000
Ritoque	Província de Valparaíso	junho de 1974 a 1975	Desconhecido
Melinka (Puchuncaví)	Província de Valparaíso	julho de 1974 a 1975	70
Estádio Regional de Concepción	Concepción	outubro de 1974	589
Cadeia Pública de Concepción	Concepción	novembro de 1973	73
Base de Talcahuano	Concepción	novembro de 1973	158

Em Santiago, o símbolo da repressão foi o Estádio Nacional, de 80 mil lugares, construído em 1935. Suas paredes eram inexpugnáveis e suas dependências usadas para interrogatórios e torturas. A capacidade do Estádio do Chile, cerca de 85 mil pessoas, permitiu que ele fosse utilizado como estação intermediária de prisioneiros. O Estádio Nacional e o Estádio do Chile foram usados como campos de concentração provisórios, imediatamente após o golpe militar de 11 de setembro de 1973. No Porto de Valparaíso, a Marinha operou um centro de detenção a bordo dos navios Esmeralda, Maipo e Lebu. O Maipo foi transferido para a Marinha em 11 de setembro de 1973, às 10 horas da manhã. Conforme relatou a Cruz Vermelha, em novembro de 1973, havia 324 prisioneiros políticos a bordo do Lebu. Em 1975, a DINA executou um grupo de pessoas no Centro Rinconada de Maipo. A Ilha Quiriquina, perto da Baía de Talcahuano, em Conceição, foi inicialmente uma escola de treinamento da Marinha, antes de ser usada como centro de detenção, em 11 de setembro de 1973. A Cruz Vermelha estimou que 552 prisioneiros fossem mantidos ali em outubro de 1973.

Em Pisagua, perto de Iquique, no Norte, prisioneiros foram trazidos para as bases militares logo depois do golpe e mantidos em diversos centros de detenção criados para presos políticos: o 6º Regimento de Telecomunicação, em Iquique; o Regimento de Infantaria Motorizado Rancagua, em Arica; a Cadeia Pública de Pisagua, construída em 1948, tendo como anexos os cinemas da cidade e um armazém. Nesses locais, os prisioneiros eram torturados ou submetidos a outros tratamentos cruéis, desumanos e degradantes. Prisioneiros do Regimento de Telecomunicações de Iquique, do quartel de polícia local e do navio-prisão Maipo, foram transportados para lá, em outubro de 1973. O Relatório Rettig mostra que a cadeia de Pisagua foi o mais importante centro de detenção da região. Mortes em Pisagua eram geralmente divulgadas na imprensa e, em grande parte, as famílias oficialmente avisa-

HOUVE UM HOLOCAUSTO CHILENO? CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO, GENOCÍDIO POLÍTICO E A DITADURA PINOCHET

das. Mas, na maioria dos casos, os corpos das vítimas não eram devolvidos às famílias. Em junho de 1990, um inquérito judicial em Pisagua levou à descoberta de uma cova sem sinalização, perto do cemitério, contendo dezenove corpos. Em Chacabuco, a 110 km de Otago, há uma pequena cidade mineradora, abandonada em 1938 e mais tarde usada pelo Exército para exercícios militares. Lá, prisioneiros viviam em corredores de barro, com dez pequenas casas em cada um. O campo foi administrado pela 1ª Divisão do Exército, baseada em Antofagasta, porém o serviço de guarda se alternava entre Exército, força aérea e Carabineros.

Durante o período da UP, o governo havia construído na cidade de Melinka, no extremo Sul do Chile, um recanto para famílias sem dinheiro. De propriedade da Confederação Única de Trabalhadores (CUT), o lugar foi transformado pelos militares em campo de concentração e para lá foram enviados 58 prisioneiros que estavam no Estádio do Chile. Em outubro de 1974, mais prisioneiros, procedentes de Chacabuco, foram transferidos. Os prisioneiros de Melinka eram extremamente organizados e cerca de 100 deles iniciaram uma greve de fome para protestar contra o caso do desaparecimento de dezenove pessoas, que supostamente teriam morrido nas cercanias. Ritoque, outra localidade praiana pertencente à CUT, foi cercada pelos militares com arame farpado. Em junho de 1974, membros do governo da UP de Salvador Allende foram enviados da Ilha Dawson para lá, bem como outros prisioneiros transferidos de Chacabuco e Tres Alamos. O campo estava sob a jurisdição da base aérea de Quintero e a guarda era feita pela força aérea e pelos *Carabineros*. Oficialmente chamado de campo de prisioneiros nº 2, da Escola Militar de Engenheiros Tejas Verdes, este foi um dos primeiros campos de concentração estabelecidos pelos militares e ficou conhecido como o maior campo de tortura. Uma delegação da Organização dos Estados Americanos (OEA) visitou o local em julho de 1974 e de-

tectou 200 prisioneiros. A prisão de San Antonio era controlada pelos militares de Tejas Verdes (Rojas, 1990).

Um campo de trabalho forçado foi criado no forte Rondizzoni, inicialmente usado para interrogatórios de presos em Conceição e Bio Bio. Outros centros de detenção incluem o estádio regional de Conceição, onde a Cruz Vermelha Internacional registrou 589 prisioneiros, em outubro de 1973; a cadeia pública de Conceição, em que o Exército manteve 43 prisioneiros, a Marinha 17, e enquanto 13 foram condenados por Conselhos de Guerra; a base naval de Tacahuano com 158 prisioneiros; além da prisão Tomé e o 4º Quartel dos Carabineros, em Conceição. A Ilha Dawson, no Estreito de Magalhães, ao Sul de Punta Arenas, havia sido usada como campo de concentração para os índios *Selknam (Ona)* e outros povos indígenas, no século XIX. Logo após o golpe, cerca de trinta importantes políticos do governo da UP foram enviados para a Ilha Dawson, juntamente com 200 prisioneiros do local. Na região de Magalhães, em 1973, estima-se que mil pessoas foram mantidas prisioneiras e submetidas a torturas em outros centros de detenção: o antigo hospital naval de Punta Arenas; o 10º Regimento de Infantaria Motorizada, de Pudeto; o 5º Batalhão Armado General René Schneider; o 4º Destacamento de Infantaria da Marinha Conchrane; o estádio fiscal de Punta Arenas; a base da força aérea, na Baía Catalina.

Em março de 1974, Graham Holton entrevistou viajantes que foram presos e enviados para o que chamavam de campos de concentração no Sul do Chile. Depois de interrogados sobre seu possível apoio ao regime Allende, eles foram levados para florestas na fronteira com a Argentina e ordenados a continuar caminhando. Se um fazendeiro argentino que fazia sua viagem semanal a uma pequena cidade da região não os tivesse encontrado, teriam morrido congelados, durante a noite. A imprensa seria informada de que eles morreram enquanto faziam uma caminhada. O próprio Holton foi retirado de um ônibus,

sob a mira de uma arma, perto de Iquique, interrogado e abandonado no deserto de Atacama, na fronteira com o Peru. Por sorte, um caminhão de bolivianos o salvou de perecer no deserto seco. Novamente, a versão oficial seria de que teria morrido por conta da má sorte de um viajante. Holton quis testemunhar o poder exercido pelo local sobre aquilo que Maria Tumarxin denomina “fugas do trauma”, conhecendo o sofrimento dessas pessoas para ver que sentido poderia ser extraído das versões oficiais do que tinha acontecido ali. Conforme Tumarquin (2005:97): “Tais lugares trazem interpretações indesejadas, exigem um compromisso, asseguram o contágio do efeito produzido pelo trauma. Essa é a razão pela qual estou aqui. Para começar a compreender”.

8 IMPACTO DO GENOCÍDIO POLÍTICO

A repressão desencadeada sobre 70% da população do Chile foi tão disseminada e ostensiva que alguns setores rapidamente se organizaram para auxiliar as vítimas de violações dos direitos civis, a despeito dos reais perigos que isto representava. Ao fazê-lo, organizações tais como o Comitê Pró-Paz, da Igreja Católica (COPACHE), criado em setembro de 1973, e sua sucessora, a *Vicaría de la Solidaridad*, fundada em janeiro de 1976, bem como um grande número de outras organizações não-governamentais e de setores populares, conseguiram coletar dados e informações que dão uma visão do enorme alcance da repressão levada a cabo pelos agentes do Estado (Padilla, 1995; Codepu, 1995). Comitês de solidariedade espalharam-se por todo o mundo, de um dia para outro, contribuindo com meios materiais, políticos e psicossociais para confrontar a ditadura, através da sociedade civil.

A partir de março de 1974, o COPACHE começou a receber um grande número de ordens judiciais para proteção dos membros das famílias de pessoas aprisionadas ou desaparecidas.

No final de 1974, o comitê tinha recebido 1.341 destes documentos. De 1976 a 1985, a Vicaría deu assistência legal, médica, social ou psicoterapêutica a 34 mil pessoas. O Instituto Latino-Americano de Saúde Mental e Direitos Humanos (ILAS), criado em 1988, com objetivo de dar assistência às vítimas de violação de direitos humanos, estima que 10% da população total do Chile foi afetada diretamente por algum tipo de situação repressiva, no começo dos anos 1980. O ILAS define “situação repressiva” como ameaças ou prisões por qualquer período de tempo; ter um parente na prisão, morto ou desaparecido, bem como a demissão do trabalho ou afastamento da universidade por razões políticas. Conforme o ILAS adverte, esses dados numéricos ainda são conservadores. Do total apontado, o ILAS acredita que a situação de “trauma extremo” afetou por volta de 200 mil pessoas, dado derivado do número de prisioneiros em campos de concentração até 1975, de pessoas forçadas a se exilar, torturadas, executadas ou desaparecidas, e inclui seus familiares imediatos.

Psicólogos chilenos, ativistas dos direitos humanos e outros setores que trabalharam com vítimas de violação dos direitos humanos confirmaram que os efeitos de tais violações tocaram fundo a sociedade chilena. Segundo a pesquisa desses grupos concluiu, entre as famílias afetadas existem duas categorias: vítimas diretas e indiretas. Pessoas que são torturadas, desaparecidas, executadas, assassinadas, detidas, seqüestradas ou forçadas ao exílio são vítimas diretas de violações de direitos humanos. Conforme conclusão de trabalhos realizados no Chile, as vítimas diretas ou a primeira geração de vítimas também incluíram todo o grupo familiar da pessoa submetida a essas formas de violação. Crianças que nasceram posteriormente nessas famílias foram consideradas vítimas indiretas, pois também elas foram afetadas por mudanças nas relações familiares, em consequência da profunda ansiedade sofrida pelo respectivo grupo familiar. Essas situações de an-

siedade incluem morte ou aprisionamento de parentes, procura de familiares desaparecidos, invasões policiais na casa da família, dispersão de parentes próximos, crianças sob responsabilidade de outras famílias por meses e longos períodos de separação que ocorrem quando um membro da família decide entrar na clandestinidade.

Pelo menos oitenta crianças de 15 anos ou menos morreram em conseqüência da violenta repressão ou foram mortas a tiro. Mais de 62% das vítimas da repressão eram jovens entre 16 e 30 anos. Pelo menos 68 menores e adolescentes estão entre os desaparecidos. Cerca de seiscentas crianças ficaram órfãs quando seus pais foram presos e posteriormente assassinados. Embora as vias públicas – onde mais de 24% dos desaparecidos foram presos – fossem os lugares perigosos para se estar, durante esses anos, os lares não garantiam segurança: 25,5% dos desaparecidos foram retirados de suas casas (Lira; Castilho, 1991).

9 CONCLUSÃO: GENOCÍDIO POLÍTICO E HOLOCAUSTO

O golpe e seu sangrento resultado colocaram fim abrupto a um período relativamente longo de governo constitucional no Chile e prepararam terreno para um regime autoritário que seria sustentado por forças “fascistóides” e imperialistas até 1990. Com base em critérios presentes na legislação internacional, pode-se afirmar que as violações dos direitos humanos foram amplas e sistemáticas, particularmente nos anos iniciais do regime. Isto inclui prisões arbitrárias, invasões em propriedades privadas, execuções extrajudiciais, torturas, banimentos e exílios.

Foram necessários quase trinta anos para que os ativistas dos direitos humanos, juízes, historiadores e cientistas sociais começassem a documentar a história de abusos, há muito co-

nhecida na América do Sul, para examinar o exato papel exercido pelos EUA nesses eventos (Gill, 2004). Sob pressão da *ITT Corporation*, a administração Nixon decidiu impedir, em 1970, que Salvador Allende se tornasse presidente, mesmo com sua vitória nas eleições. Sob influência de Kissinger, inicialmente assessor de segurança nacional e depois secretário de Estado de Nixon, a Casa Branca instruiu a CIA a atuar em duas linhas: impor um cenário que levasse o Congresso chileno a, constitucionalmente, não homologar a eleição de Allende, em 24 de outubro; e promover o golpe militar (Clavkin, 1982). A Comissão de Direitos Humanos da ONU fracassou em denunciar o envolvimento da CIA no Chile, quando a administração Nixon ajudou a derrubar militarmente o governo democraticamente eleito de Salvador Allende. Geoffrey Robertson, conceituado advogado e escritor, denomina os desaparecimentos e violações resultantes da oposição ao regime Pinochet de “as mais odiosas violações aos direitos humanos do século” (Robertson, 2006:47).

A repressão do Estado e o genocídio em larga escala exigiram profissionais bem qualificados para controlar a tecnologia, organizar equipamentos de vigilância e produzir um sistema de repressão articulado com a ideologia pública do Estado. Como no caso da Alemanha nazista, o regime militar apoiou-se em médicos, engenheiros, advogados, professores, profissionais universitários, clero e na espionagem civil para estar eficientemente aparelhado no desencadeamento do seu projeto ideológico (Lifton; Markusen, s/d:98; Moulian, 1998:119-147). Na experiência de capitalismo autoritário vivida pelo Chile, desde o golpe até março de 1990, foi o estamento militar, a DINA, os esquadrões da morte paramilitares, as escolas, as universidades e o sistema médico que agiram como ferramentas do sistema ideológico do regime e sua repressão contra a esquerda. A exemplo do ocorrido na Alemanha nazista, importantes setores da comunidade médica colaboraram com a jun-

HOUVE UM HOLOCAUSTO CHILENO? CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO, GENOCÍDIO POLÍTICO E A DITADURA PINOCHET

ta em seus programas de tortura, incluindo experimentos químicos e biológicos em presos políticos.

Para compreender como o genocídio político produziu esse holocausto, é necessário entender o contexto histórico particular do regime Pinochet e sua construção sóciopolítico. É impossível assassinar tão grande número de pessoas sem a visão de um propósito maior para a sociedade chilena. Essa intensa posição ideológica – a remoção do comunismo e da esquerda em suas formas reais e imaginárias – permitiu que pessoas altamente cultas apoiassem o comportamento brutal e o ódio violento da ditadura Pinochet. Isso significa que importantes setores da sociedade chilena assumiram um compromisso com vistas a um suposto bem maior, “legitimando” o impensável. Três esferas foram envolvidas no processo: a produção de uma ideologia política; a coordenação dos processos sistemáticos que tal empreendimento envolvia e a socialização da população para aceitar a ética da nova ideologia. Isso exigiu que uma série de instituições se integrasse no propósito comum de executar um genocídio político, contendo ideologia e intenção distintas, momento burocrático e institucional, e imediatismo político. Sob o regime Pinochet, a sincronização de um Estado de segurança nacional com uma cruzada corporativista de natureza franquista produziu assassinatos em massa, tortura generalizada e desaparecimentos em uma escala extraordinária – tudo impunemente – o que culminou no holocausto chileno.

Graham Holton entrevistou antigos companheiros de centros de detenção no sul do Chile, quando foi preso, em março de 1974, pelos militares chilenos nos arredores de Iquique, antes de sua expulsão do país. Robert Austin trabalhou no Chile, em 1978 e 1979, entregando suprimentos da ONU em orfanatos no sul do Chile. Ele entrevistou um motorista de caminhão que alegou ter sua licença suspensa pelos militares logo depois do golpe, sendo forçado a dirigir um veículo de produtos químicos para Conceição (costa sul do Chile). Os produtos destinavam-se a fazer “desaparecer” corpos de prisioneiros políticos. Conceição foi o berço do *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (Movimento de Esquerda Revolucionária-MIR), nos anos 1960.

Traduzido por Camila Costa, Mônica Dias Martins e Sued Castro Lima

REFERÊNCIAS

AARONS, Mark. **War criminals welcome**: Australia, a sanctuary for fugitive war criminals since 1945. Melbourne: Black Inc., 2001. p.131-422.

ALMADA, Martin. **El plan condor universitario**: la conspiración contra la sociedad del conocimiento en América Latina. Disponível em: <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=63352>>.

ANDERSON, Benedict. Petrus Dadi Ratu. **New Left Review**, v.3, 2nd series, p.5-15, 1999.

AUSTIN, Robert. The afterlife of Orlando Letelier. **Arena Magazine**, n.18, Aug./Sept. 1995.

BAUER, Yehuda. The place of the holocaust in contemporary history. **Journal of Contemporary Jewry**, v.1, p.202, 1984.

BOORSTEIN, Edward. **Allende's Chile**: an inside view. New York: International Publishers, 1977. p.127-147.

BRAVO, Patricia. Mercancía a bajo precio: exploración sexual de menores. **Punto Final**, Oct. 2007. Disponível em: <<http://www.puntofinal.cl/555/explotacionsexual.htm>>.

BRENNER, Lennie. **Zionism in the age of dictators**: a reappraisal. [S.l.]: AAARGH Reprints, 2004. p.10, 31-35.

CADEPU. **Persona, estado poder**: estudios sobre salud mental. Chile 1973-1989. [Santiago do Chile], 1989.

CARO, Issac. **Extremismos de derecha y movimientos neonazis**. Santiago de Chile: LOM, 2007.

CASSIDY, S. **Audacity to relieve**. London: Collins, 1977. p.44.

CHAVKIN, Samuel. **The murder of Chile**: eyewitness accounts of the coup, the terror, and the resistance today. New York: Everest House, 1982.

CIA. **Intelligence Report, Secret**, v.27, p.5, Oct. 1973.

CRISTI, Renato. **El pensamiento político de Jaime Guzmán**: autoridad y libertad. Santiago do Chile: LOM, 2000. p.15-16, 59, 61-62, 101-103.

DECLARATION on Principles of International Law Concerning

HOUVE UM HOLOCAUSTO CHILENO? CAMPOS DE
CONCENTRAÇÃO, GENOCÍDIO POLÍTICO E A DITADURA PINOCHET

Friendly Relations. Co-Operation Among States in Accordance With the Charter of the United Nations. **Resolution 2625**, n.25, Oct. 1970.

DINGES, John. **The condor years**: how Pinochet and his allies brought terrorism to three continents. New York: The New Press, 2005.

DORFMAN, Ariel. **Exorcising terror**: the incredible unending trial of general Augusto Pinochet. New York: Seven Stories Press, 2002.

ELIOT, Gil. **Twentieth century book of the dead**. London: Allen Lane, 1972.

ENRÍQUEZ, Julio. The English patient. **Peace Review**, v.11, n.1, 1999.

FAGEN, Patricia Weiss. Repression and state security. In: CORRADI, Juan *et al.* (Ed.). **Fear at the edge**: state terror and resistance in Latin America. Berkeley: University of California Press, 1992. p.59.

FARAGO, Ladislas. **Aftermath**: Martin Bormann and the Fourth Reich. London: Simon and Schuster, 1974. p.387.

FARIAS, Victor. **Salvador Allende, antisemitismo y eutanasia**. Santiago do Chile: Maye, 2005.

_____. **Salvador Allende, higiene mental y delincuencia**. Tesis (Título de Médico, 1933) – CESOC, Santiago do Chile, 2005.

_____. **The naziz in Chile**. Germany: Verlagsgesellsch, 2002.

FINKELSTEIN, Norman G. **The holocaust industry**: reflections on the exploitation of jewish suffering. London: Verso, 2000. p.14-17.

FRUHLING, Hugo. Resistance to fear in Chile: the experience of the vicaría de la solidaridad. In: CORRADI *et al.* (Ed.). **Fear at the edge**. [S.l.: s.n.], p.121-141.

GARCÉS, Mario; LEIVA, Sebastián. **El golpe en la legua**: los caminos de la historia y la memoria. Santiago do Chile: LOM, 2005.

GILL, Lesley. **The school of the americas**: military training

and political violence in the americas. Durham: Duke University Press, 2004.

HAUSER, Thomas. **Missing, hermondsworth**. Penguin: [s.n.], 1978.

HOLTON, Graham. Environmental racism and the record of Australian mining companies. **Labor Review**, n.29, p.23-27, 1999.

JOIGNANT, Alfredo. **Un día distinto**: memorias festivas y batallas conmemorativas en torno al 11 de septiembre en Chile, 1974-2006. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 2007.

KIERNAN, Ben. **Blood and soil**: a World history of genocide and extermination from Sparta to Darfur. Melbourne: Melbourne University Press, 2007.

KORNBLUH, Peter. **Chile and the United States**: declassified documents relating to the military coup. [S.l.: s.n.], 1973.

_____. **The Pinochet File**: a declassified dossier on atrocity & accountability. London: The New Press, 2003. p.158.

LATIN AMERICAN INSTITUTE ON MENTAL HEALTH AND HUMAN RIGHTS (ILAS). 1988. Disponível em: <http://www.chip.cl/derechos/campo_pisagua_eng.htm>.

LEMKIN, Raphael. **Axis rule in occupied Europe**: laws of occupation, analysis of government, proposals for redress. Washington, D.C.: Carnegie Endowment for International Peace, 1944.

_____. Genocide as a crime under international law. In: LATTIMER, Mark (Ed.). **Genocide and human rights**. Aldershot, England: Ashgate, 2007. p.3-10.

LEWIS, Bernard. **Semites and anti-semites**: an inquiry into conflict and prejudice. New York: Norton, 1986. p.21.

LIFTON; Markusen. **The genocidal mentality**. [S.l.: s.n.] p.98.

LIPSTADT, Deborah. **Denying the holocaust**: the growing assault on truth and memory. New York: Free Press, 1993. p.212-215.

LIRA, Elizabeth; CASTILLO, Maria Isabel. **Psicologia de la**

HOUVE UM HOLOCAUSTO CHILENO? CAMPOS DE
CONCENTRAÇÃO, GENOCÍDIO POLÍTICO E A DITADURA PINOCHET

amenaza política y del miedo. [S.l.]: ILAS, 1991.

LOVEMAN, Brian. **Chile:** the legacy of Hispanic capitalism. New York: Oxford UP, 1988. p.246.

MALDONADO, Carlos. **Right-wing paramilitary groups in Chile, 1900-1950.** Disponível em: <<http://www.pdgs.org/Archivo/d000000ba>>.

MARCHETTI, V. *et al.* **The CIA and the cult of intelligence.** London: Jonathan Cape, 1974. p.6, 306-307.

MARRUS, M.R. **The holocaust in history.** London: Penguin, 1987. p.23.

MCSHERRY, J. Patrice. **Predatory states:** operation condor and covert war in Latin America. Lanham, M.D.: Rowman & Littlefield, 2005.

_____. Tracking the operations of a state terror network: operation condor. **Latin American Perspectives**, v.29, n.1, p.38-60, 2002.

MEYER-WELLMANN, Jens. **Colonia dignidad:** a Hamburg man hunts sect founder schaefer. Hamburg: Abendblatt, 1999. nov. 13.

MILLAS, Orlando. **Memorias:** la alborada democrática en Chile. Primer volumen: en tiempos del frente popular, 1932-1947. Santiago de Chile: CESOC, 1993. p.277.

MOULIAN, Tomás. **Chile actual:** anatomía de un mito. Santiago de Chile: LOM, 1998.

O'SHAUGHNESSY, Hugo. **Pinocher:** the politics of torture. London: Latin American Bureau, 1999.

OLGIATI, Christopher. **The assassin:** the pursuit of Michael Townley. London: BBC-Paladin (documentary). [S.l.: s.n.], PADDILLA, Elias. **La memoria y el olvido.** Detenidos desaparecidos en Chile. Santiago de Chile: Ediciones Origenes, 1995.

REPORT of CONADEP – Argentine Nacional Comisión on the disappearance of Persons. [S.l.].

REUSS, Alejandro. U.S. in Chile: the U.S. government turns over 5, 800 documents. **Z. Magazine**, nov. 1999.

- RIVAS, F.S. **Traición a Hipócrates**: médicos en el aparato represivo de la dictadura. Santiago de Chile: CESOC, 1990.
- ROBERTSON, Geoffrey. **Crimes against humanity**: the struggle for global justice. London: Penguin, 2006. p.352-354.
- RODRIGUEZ, N.; MENJIVAL, C. (Eds.). **When state kill**: Latin America, the U.S., and technologies of terror. Austin: University of Texas Press, 2005.
- ROJAS, Emilio. **Tejas verdes**: mis primeros tres minutos. Santiago de Chile: Seminario 90, 1990.
- SADER, Emir. **Perú**: la civilización Inca y su masacre. Disponível em: <<http://www.rebellion.org/noticia.php?id=62367>>. Acesso em: 26 Jan. 2008.
- SAGARIS, Lake. **After the first death**: a journey through Chile time mind. Toronto: [s.n.], 1996. p.205.
- SCHUEMANN, Franz; SCHELL, Orville (Eds.). **Republican China**. Penguin: Harmondsworth, 1972.
- SEVES, Luis Cifuentes. El movimiento estudiantil chileno y la reforma universitaria: 1967-1973. In: HENRY, Robert Austin (Ed.). **Intelectuales y educación superior en Chile**: de la independencia a la democracia. [S.l.: s.n.].
- SIMPSON, J.A.; WEIMER, E.S.C. (Eds.). **The Oxford English dictionary**. 2nd ed. Oxford: Clarendon Press, 1989. v.3, p.652.
- STANNARD, David E. Uniqueness as denial: the politics of genocide scholarship. In: ROSENBAUM, Alan S. (Ed.). **Is the holocaust unique?** Perspectives on comparative genocide. Boulder, Colorado: Westview, 2001. p.167.
- STERN, Steven. **Battling for hearts and minds**. Memory struggles in Pinochet's Chile: 1973-1998. London: Duke University Press, 2006.
- TUMARKIN, Maria. **Traumascapes**: the power and fate of places transformed by tragedy. Melbourne, Austrália: Melbourne University Press, 2005. p.97.
- VERDUGO, Patricia. **Chile, Pinochet and the Caravan of death**. [S.l.]: University of Miami, 2001.

HOUVE UM HOLOCAUSTO CHILENO? CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO, GENOCÍDIO POLÍTICO E A DITADURA PINOCHET

WERTZ, William F. Jr. Nazis, operation condor, and Bush's privatization plan. **Executive Intelligence Review**, v.25, Mar. 2005.

WHITING, Charles. **The hunt for Martin Bormann**: the truth. London: Leo Cooper, 1976. p.218-219.

WILSON, Richard J. **Prosecuting Pinochet**: international crimes in Spanish domestic law, HRQ, 21, 1999. Corporación José Domingo Cañas 1367, una experiencia para no olvidar: Casa de Tortura José Domingo Cañas 1367. Santiago de Chile: Corporación José Domingo Cañas 1367, 2003.

ZAMORA, Patricio Quiroga. **Campañeros – el GAP**: La escolta de Allende. Santiago de Chile: Aguilar Ediciones, 2001.

NOTAS

¹ Sobre o genocídio armênio, disponível em: <<http://www.armenian-genocide.org/index.htm>>; sobre a China, ver Gil Elliot (1972), Franz Schurmann e Orville Schell (1972: 186-194); sobre o Peru, ver Emir Sader, disponível em: <<http://www.rebellion.org/noticia.php?id=62367>>, acesso em: 26 jan. 2008; sobre a Indonésia, ver V. Marchetti et al. (1974: 306-307) e Benedict Anderson (1999: 5-15).

² Nota do tradutor: “ambição de Prometeu” refere-se à ambição daquele personagem da mitologia grega que, encarregado de criar o Homem, e considerando que ele deveria ser superior a todos os outros animais, ousou, com a ajuda da deusa Minerva, roubar o fogo dos deuses do Olimpo, garantindo a superioridade do Homem sobre todos os outros.

³ Nota do tradutor: David Duke é um político da Louisiana-EUA, que defende a segregação racial e a supremacia da raça branca. Nos anos 1970, foi um dos líderes da organização racista Ku Kux Klan. Por diversas vezes acusado de racismo, Duke se defende dizendo que “todos têm o direito de preservar sua própria herança”, referindo-se à necessidade de que a raça branca se mantenha “pura”.

⁴ Steven Stern (2006:392-395) estima o total de mortos e desaparecidos em 4.500. Stern cita o testemunho de um casal estadunidense preso no Estádio Nacional em setembro de 1973, que cuidadosamente contou 400 execuções, apenas no breve período de sua estadia. Em 1994, um motorista de táxi sugeriu uma estimativa de 5.000 mortes no Estádio Nacional, nos meses imediatamente após o golpe. Nossa pesquisa conjunta desde 1973, particularmente entre organizações populares e em áreas de combate na capital, a contínua descoberta de cemitérios clandestinos da Junta, além de uma leitura mais crítica dos documentos pós-1990 do que Stern iria concordar, sugerem que o número de 20.000 mortos pode não estar tão errado.

⁵ A Convenção é ratificada pelos EUA, a despeito do tratamento dado pelo país aos prisioneiros da Base Naval de Guantanamo Bay, em território cubano.

⁶ Racismo ambiental é a poluição intencional de indústrias em áreas habitadas por não-brancos, pobres da classe trabalhadora. O estudo de referência sobre racismo ambiental

GRAHAM HOLTON E ROBERT AUSTIN

Toxic Waste and Race in the United State, pela Comissão para Justiça Racial, Igreja Reunida de Cristo (1987) descreve a extensão do racismo e suas conseqüências para as vítimas dos ambientes poluídos. Nos EUA, mais de 15 milhões de afro-americanos, mais de 8 milhões de hispânicos e 50% dos asiáticos e nativos vivem em comunidades com uma ou mais localidades de abandono de lixo tóxico sem controle algum. Ver Graham Holton (1999: 23-27).

⁷ Ver S. Rivas (1990) e Christopher Olgiati (1992). Sobre a greve dos cirurgiões durante o governo da UP, ver S. Cassidy (1977: 44).

⁸ Um dos casos mais conhecidos é o de Marta Ugarte, ex-presidente do Sindicato Unico de Trabajadores de la Educación, fundado pelo partido da UP. Ver Tomás Moulian (1998: 182-183).

⁹ Em 1933, Allende foi co-fundador do Partido Socialista do Chile. Quatro anos depois, foi eleito para o Congresso. Ele concorreu três vezes, até ser eleito presidente, em 1970.

¹⁰ The Staff Report of United States Senate Select Committee to Study Governmental Operations with Respect to Intelligence Activities. Washington, D.C., 1975.

¹¹ DIA, Decreto Oficial sobre a Criação da Diretoria de Inteligência Nacional (DINA), em 2 de julho de 1974 (Kornbluh, 1003: 158).

¹² Entre 1970 e 1973, a CIA enviou US\$ 38.500 à organização Pátria e Liberdade.

¹³ CIA. Análise Política e Regional da América Latina. Secret. p.2, 24 maio 1977.

¹⁴ Nota do tradutor: Tropa de assalto denomina um tipo de organização paramilitar que teve papel chave na chegada de Hitler ao poder, sendo conhecida por empregar métodos violentos.

¹⁵ Carlos Maldonado. Right-wing paramilitary groups in Chile, 1900-1950. Disponível em: <<http://www.pdgs.org/Archivo/d00000ba.htm>>. Este artigo tem sido largamente, senão trivialmente, manipulado por editores nazistas, mas ainda mantém alguma coerência.

¹⁶ Além disso, no Cemitério Geral de Santiago, há uma pequena réplica do monumento de Washington, com os nomes de 55 nazistas que morreram em 1938 (Mount, 2002: 157-158).

¹⁷ *Bowers to Hull*, FRUS, v.5, p.820, 3 jun. 1943.

¹⁸ Relatório de Informação da Inteligência do Departamento de Defesa, Diretoria de Inteligência Nacional (DINA) expande trabalhos e dependências, Santiago, Chile, Relatório No. 6817009475, p.3, 15 abr. 1975. Confidencial. *Destques no original*.

¹⁹ Carlos Maldonado. *Right-wing paramilitary groups in Chile, 1900-1950*. Disponível em: <<http://www.pdgs.org/Archivo/d00000ba.htm>>.

²⁰ PF, La "Solución Final" de la UDI. *Punto Final*, n.545, 5 Oct. 2007. Disponível em: <<http://www.puntofinal.cl/545/editorial.htm>>

²¹ Disponível em: <http://en.wikipdeia.org/wiki/Colonia_Dignidad>.

²² Jens Meyer-Wellmann. *Colonia dignidad: a Hamburg man hunts sect founder Schaefer*,

HOUE UM HOLOCAUSTO CHILENO? CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO, GENOCÍDIO POLÍTICO E A DITADURA PINOCHET

Hamburg Abendblatt, 13 Nov. 1999. Disponível em: <<http://www.cisar.org/991103d.htm>>. Alicia Sánchez. *Rights-Chile*: search for hidden graves in colonia dignidad. Disponível em: <<http://www.noticiasaliadas.org/article.asp?lanCode=1&artCode=2437>>. *BBC News*: German held over “Chile torture”. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/4562918.stm>>.

²³ Nota do tradutor: Fundado em 1977, o Centro Simon Wiesenthal, com sede em Los Angeles, é uma organização internacional de direitos humanos que tem como principal foco o holocausto nazista. O Centro porta o nome de um dos mais afamados caçadores de nazistas, Simon Wiesenthal, que, depois de sobreviver a diversos campos de concentração, dedicou-se a identificar, localizar e trazer à justiça os criminosos de guerra nazistas.

²⁴ Simon Wiesenthal Center. SWC Applauds Argentina For Capturing Nazi Fugitive Paul Schaefer. Demands Chile To Investigate His Connections With Nazi War Criminals, Disponível em: <<http://www.wiesenthal.com>>. Acesso em: 15 mar. 2005.

²⁵ *Ha'aretz*. 29 de março de 2007. Disponível em: <<http://www.haaretz.com/hasen/spages/843805.html>>. Elam e Whitehead (2007).

²⁶ Sobre o MI5 (Serviço de Inteligência Britânica). September 2005 Release Of Security Service Files: German Intelligence Officers, Walter Rauff: file ref KV 2/1970. Disponível em: <<http://www.mi5.gov.uk/output/Page382.html>>. Acesso em: 5 Sept. 2005.

²⁷ Simon Wiesenthal Center. *News Release*, Disponível em: <<http://www.wiesenthal.com>>. Acesso em: 23 Jun. 2006.

²⁸ *Ha'aretz*. 29 de março de 2007. Disponível em: <<http://www.haaretz.com/hasen/spages/843805.html>>

²⁹ Renatoi Cristi (2000: 15-16, 59, 61-62, 101-103). Este trabalho oferece grande contribuição aos fundamentos ideológicos da direita chilena e o papel de seus defensores mais importantes. Isto inclui a *Unión Democrática Independiente* (UDI), poderoso instrumento para a continuidade do catolicismo neoliberal durante a não alcançada “transição democrática”, em curso desde a derrota política da ditadura no referendo de 1988.

³⁰ Peter Kornbluh. *Chile and the United States*: declassified documents relating to the military coup. 11 Sept. 1973. Disponível em: <<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB8/nsaebb8i.htm>>; Arquivo da Segurança Nacional. Disponível em: <<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB212/index.thm>>

³¹ Em janeiro de 2005, Contreras foi sentenciado a 12 anos por assassinato. As acomodações extraordinariamente confortáveis que havia proporcionado a si mesmo têm sido motivos de diversos protestos em todo Chile.

³² Martín Almada (s/d).

³³ Os EUA não consideram atos como a remoção dos dedos ou unhas como atos de tortura, visto que tais atos não oferecem perigo à vida.

³⁴ Fontes relataram a Graham Holton, em março de 1974, que 2 mil pessoas tinham sido assassinadas nas primeiras duas semanas que se seguiram a golpe.

³⁵ *The truth about Pinochet: Chile's legacy of torture, murder, international terrorism and*

GRAHAM HOLTON E ROBERT AUSTIN

"the Disappeared". Disponível em: <<http://www.lakota.clara.net/derechos/events.htm>>

³⁶ Arquivo de Segurança Nacional da Universidade George Washington. Pinochet: a declassified documentary obit e CIA acknowledges ties to Pinochet's repression, 2006; Tom Burgis (2004).

³⁷ Ver Hugo Fruhling (s/d: 121-141) e CODEPU (1995).

38 Entrevista de Robert Austin para a Corporação para Auxílio e Defesa dos Direitos da Pessoa – CODEPU, em 24 de novembro de 2001, em Santiago do Chile.

³⁹ Um terrível centro de detenção no coração da classe média de Ñuñoa, Santiago, funcionou por um dia e uma noite impunemente, torturou centenas e assassinou e fez desaparecer 42 homens e mulheres, notadamente esquerdistas e líderes religiosos. Ver Corporación José Domingo Cañas 1367. *Una Experiencia para No Olvidar: Casa de Tortura José Domingo Cañas 1367*. Santiago de Chile: Corporación José Domingo Cañas 1367, 2003.

⁴⁰ *Declaração dos Princípios da Lei Internacional a Respeito de Relações Amigáveis e Cooperação entre Estados*, de acordo com a Carta da ONU, Resolução 2625, v.25, 24 out. 1970.

⁴¹ Informe del Senado estadounidense sobre las cuentas secretas de Pinochet en el Riggs Bank. Disponível em: <<http://www.rebelion.org/noticia.php?id=2687>>. Acesso em: 30 jul. 2004.

⁴² No mesmo dia, os países-membros da OTAN começaram um bombardeio na Sérvia para parar os atos de atrocidade que estavam sendo cometidos naquele país.

⁴³ Em Augusto Pinochet. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Augusto_Pinochet>

⁴⁴ *Rettig Report* e Derechos Chile, 2003. Disponível em: <http://www.chip.cl/derechos/campo_pisagua_eng.html>

⁴⁵ Em *Derechos Chile, Concentration camps in Chile, 2002*. Relatório completo disponível em: <http://www.chipsites.com/derechos/index_eng.html>